

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**
3 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Ao primeiro dia do mês de setembro do
4 ano de dois mil e vinte, às quinze horas, reuniu-se virtualmente a Câmara de Administração do
5 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico
6 Reitor da Universidade, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o comparecimento dos
7 seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Alexandre Leite
8 Rodrigues de Oliveira, André Martins Biancarelli, Antônio Gonçalves de Oliveira Filho,
9 Antônio José de Almeida Meirelles, Álvaro de Oliveira D'Antona, Carlos Alberto Rodrigo da
10 Silva, Edson Tomaz, Ester de Paula Moraes, Fernando Antônio Santos Coelho, Fernando
11 Augusto de Almeida Hashimoto, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Heloise Oliveira
12 Pastore, Jefferson Cano, João Raimundo Mendonça de Souza, José Alexandre Diniz, José
13 Roberto Ribeiro, Luiz Carlos Zeferino, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi
14 Beppu, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Robson Bomfim Sampaio,
15 Samuel Rocha de Oliveira, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho e Teresa Dib Zambon Atvars.
16 Estiveram presentes também os representantes suplentes docentes: Alvaro Gabriel Bianchi
17 Mendez, Renê José Trentin Silveira, Sávio Machado Cavalcante e Vanessa Petrilli Bavaresco.
18 Como convidados, especiais compareceram os professores: Alberto Luiz Serpa, Anderson de
19 Rezende Rocha, André Victor Lucci Freitas, Eliana Martorano Amaral, Francisco Haiter Neto,
20 José Antonio Rocha Gontijo, João Ernesto de Carvalho, José Alexandre Diniz, José Antonio
21 Rocha Gontijo, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Mariano Francisco Laplane, Mirna Lúcia Gigante,
22 Munir Salomão Skaf, Nancy Lopes Garcia, Paulo Régis Caron Ruffino, Renato Falcão Dantas,
23 Rodrigo Ramos Catharino, Shirlei Maria Recco-Pimentel e Teresa Celina Meloni Rosa; os
24 doutores Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, Andrei Vinícius Gomes Narcizo, Fernanda
25 Lavras Costallat Silvado e Octacílio Machado Ribeiro; e os senhores Aduauto Bezerra Delgado
26 Filho, Gilmar Dias da Silva, Matheus Alves Albino e Thiago Baldini da Silva. Justificaram
27 ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Francisco Aoki, sendo substituído pela conselheira
28 Marisa Beppu; Alexandre Oliveira da Silva, sendo substituído pelo conselheiro Adilton Dorival
29 Leite; e Ignacio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá
30 início à Trecentésima Quinquagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara de Administração,
31 realizada de forma virtual em razão da necessidade de manter o isolamento social diante da
32 pandemia de Covid-19. Está na sala do Consu com equipe mínima para viabilizar a reunião,
33 então agradece a participação do pessoal da Secretaria Geral e da Ascom que está colaborando
34 para a realização desta reunião. O conselheiro Adilton também está aqui presente na sala do
35 Consu, e solicita a todos que os microfones fiquem silenciados e que os que desejarem pedir a
36 palavra ou se inscrever no Expediente o façam por meio da ferramenta em formato de mão. Em
37 seguida, submete à apreciação a Ata da Trecentésima Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária,
38 realizada em 11 de agosto de 2020. Consulta se há observações. Não havendo, submete à
39 votação a referida Ata, que é aprovada com 03 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 29 itens,
40 e à Ordem do Dia Suplementar, com 01 item. Há destaque da Mesa para o item 01 da Ordem

1 do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-24425/2019 –, que trata da Segunda Revisão Orçamento
2 2020. Pergunta se há outros destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro FERNANDO
3 ANTÔNIO SANTOS COELHO destaca o item 22 – Proc. nº 01-P-18061/2003 –, do Instituto
4 de Filosofia e Ciências Humanas. A Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE destaca os
5 itens 09) Proc. nº 21-P-10164/2020, do Instituto de Estudos da Linguagem; 10) Proc. nº 01-P-
6 10237/2020, da Diretoria Acadêmica; 11) Proc. nº 08-P-7860/2020, do Instituto de Física “Gleb
7 Wataghin”; e 12) CSS/Cecom. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO destaca o item
8 22 também. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens
9 não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados por unanimidade os pareceres que
10 subsidiaram os seguintes processos: I – A - Nomeação na Parte Permanente do QD – Ingresso
11 no RDIDP – 01) Proc. nº 34-P-7341/2020, de Hervé Cédric Yviquel – IC – 1) Nomeação na
12 PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Arquitetura de Computadores e Implementação
13 de Linguagens – Departamento de Sistemas de Computação. 2) Ingresso no RDIDP – Concurso
14 homologado pela Cepe em 05.05.20 – Deliberação Cepe-276/2020 – Aprovação pela
15 Congregação em 06.05.20 – Parecer CPDI-18/20. B - Abertura De Processo Seletivo Sumário
16 Para Contratação De Docente, nos termos da Deliberação CAD-A-03/18 – 02) Proc. nº 02-P-
17 8510/2020, da Faculdade de Ciências Médicas – Abertura de processo seletivo sumário para
18 contratação emergencial de 01 (um) Prof. Dr. – MS-3.1 – RTP – junto à área de Motricidade
19 Orofacial do Departamento de Desenvolvimento Humano e Reabilitação, em substituição a
20 docente que usufruirá licença gestante prevista para outubro/2020, pelo período de 180 dias ou
21 até o retorno da docente substituída – nos termos do Parecer CVD-46/20 e Informação PRDU-
22 54/20. C - Aproveitamento de Processo Seletivo Sumário para Contratação de Docente, nos
23 termos da Deliberação CAD-A-03/18 – 03) Imecc – Aproveitamento de processo seletivo
24 sumário (objeto do proc. nº 10-P-16342/19) para contratação emergencial de 01 (um) Prof. Dr.
25 – MS-3.1 – RTP – junto ao Departamento de Matemática, em substituição ao Prof. Dr. Fernando
26 Eduardo Torres Orihuela falecido em 28.05.20 – nos termos do Parecer CVD-50/20 e
27 Informação PRDU-66/20. D - Prorrogação do Prazo de Contratações Temporárias
28 Emergenciais de Docentes, nos termos da Deliberação CAD-A-03/18 - a) Carreira MST – 04)
29 Proc. nº 12-P-14701/2019, de Hugo César Pereira Grippa – Cotuca – Prorrogação do prazo de
30 contratação temporária emergencial de docente – em caráter excepcional – Carreira MST-II-C
31 – jornada de 30 horas semanais – por 365 dias – em substituição a docente aposentado em
32 17.12.19, junto ao Departamento de Eletroeletrônica – Aprovação pela Congregação em
33 02.06.20 – nos termos do Parecer CVD-53/20 e Informação PRDU-69/20. 05) Proc. nº 12-P-
34 14368/2019, de William José Vicente – Cotuca – Prorrogação do prazo de contratação
35 temporária emergencial de docente – em caráter excepcional – Carreira MST-II-C – jornada de
36 40 horas semanais – por 365 dias – em substituição a docente aposentado em 01.11.19, junto
37 ao Departamento de Processamento de Dados – Aprovação pela Congregação em 02.06.20 –
38 nos termos do Parecer CVD-52/20 e Informação PRDU-68/20. b) Carreira MS – 06) Proc. nº
39 17-P-25447/2010, de Jussara Corrêa Miller – IA – Prorrogação do prazo de contratação
40 temporária emergencial de Prof. Dr. – em caráter excepcional – MS-3.1 – RTP – por 365 dias

1 – em substituição a docente que se aposentou em 11.07.19, junto à área de Licenciatura em
2 Artes do Departamento de Artes Corporais – Aprovação pela Congregação em 21.05.20 – nos
3 termos do Parecer CVD-49/20 e Informação PRDU-64/20. 07) Proc. nº 17-P-15397/2018, de
4 Maria Alice Possani – IA – Prorrogação do prazo de contratação temporária emergencial de
5 Prof. Dr. – em caráter excepcional – MS-3.1 – RTP – por 365 dias – em substituição a docente
6 que se encontra em licença médica – junto à área de Práticas Interpretativas e Fundamentos
7 Teóricos das Artes do Departamento de Artes Cênicas – Aprovação pela Congregação em
8 25.06.20 – nos termos do Parecer CVD-48/20 e Informação PRDU-63/20. 08) Proc. nº 17-P-
9 14775/2019, de Ronaldo Barbosa – IA – Prorrogação do prazo de contratação temporária
10 emergencial de Prof. Dr. – em caráter excepcional – MS-3.1 – RTP – em substituição a docente
11 que se aposentou em 16.07.19, junto à área de Multimeios e Artes do Departamento de
12 Multimeios, Mídia e Comunicação – Aprovação pela Congregação em 21.05.20 – nos termos
13 do Parecer CVD-47/20 e Informação PRDU-62/20. F - Programa de Certificação da
14 Universidade – 13) Proc. nº 01-P-14612/2004, da Coordenadoria Geral da Universidade –
15 Alteração da revisão de certificação e organograma da Coordenadoria Geral da Universidade –
16 Informação PRDU/CGQC-290/20 e Parecer CVND-163/20. 14) Proc. nº 01-P-21333/2010, do
17 Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural – Revisão da certificação e
18 organograma do Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural – Informação
19 PRDU/CGQC-333/20 e Parecer CVND-164/20. 15) Proc. nº 01-P-29083/2015, da
20 Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa – Revisão da certificação e
21 organograma da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa –
22 Informação PRDU/CGQC-334/20 e Parecer CVND-165/20. 16) Proc. nº 01-P-25296/2003, do
23 Colégio Técnico de Limeira – Revisão da certificação e organograma do Colégio Técnico de
24 Limeira – Informação PRDU/CGQC-336/20 e Parecer CVND-166/20. 17) Proc. nº 01-P-
25 5562/2004, da Comissão Processante Permanente – Revisão da certificação e organograma da
26 Comissão Processante Permanente – Informação PRDU/CGQC-329/20 e Parecer CVND-
27 167/20. 18) Proc. nº 01-P-27469/2012, da Diretoria Acadêmica – Revisão da certificação e
28 organograma da Diretoria Acadêmica – Informação PRDU/CGQC-367/20 e Parecer CVND-
29 168/20. 19) Proc. nº 36-P-16797/2018, da Faculdade de Ciências Aplicadas – Revisão da
30 certificação e organograma da Faculdade de Ciências Aplicadas – Informação PRDU/CGQC-
31 363/20 e Parecer CVND-169/20. 20) Proc. nº 01-P-15575/2003, da Faculdade de Engenharia
32 de Alimentos – Revisão da certificação e organogramas da Faculdade de Engenharia de
33 Alimentos – Informação PRDU/CGQC-339/20 e Parecer CVND-170/20. 21) Proc. nº 01-P-
34 28164/2003, do Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp – Revisão da certificação
35 e organograma do Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp – Informação
36 PRDU/CGQC-335/20 e Parecer CVND-171/20. 23) Proc. nº 01-P-8238/2003, do Instituto de
37 Física “Gleb Wataghin” – Revisão da certificação e organograma do Instituto de Física “Gleb
38 Wataghin” – Informação PRDU/CGQC-295/20 e Parecer CVND-173/20. 24) Proc. nº 01-P-
39 484/2004, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação – Revisão da certificação e organograma da Pró-
40 Reitoria de Pós-Graduação – Informação PRDU/CGQC-330/20 e Parecer CVND-174/20. G -

1 Área de Prestação de Serviços – Prestação de Contas - 25) Proc. nº 06-P-24087/2002, da
2 Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Prestação de contas da área de prestação de serviços
3 “Farmacologia, Anestesiologia e Terapêutica”, relativa ao exercício de 2018 – Aprovação pela
4 Congregação da FOP em 12.02.20. H - Convênios, Contratos e Termos Aditivos - a) A serem
5 celebrados – nos termos da Deliberação Consu-A-12/18 – 26) Proc. nº 01-P-9661/2020, da
6 Agência de Inovação da Unicamp – Contrato de Permissão de Uso de Espaço Físico – Partes:
7 Unicamp/Funcamp e PI-Tecnologia S.A. – Executores: Newton Cesário Frateschi, Marina
8 Luciana da Silva, Mariana Nunciaroni Zanatta Inglês, Lucas Baldoni, Gabriele Caricchio
9 Ferreira e Eduardo Gurgel do Amaral – Vigência: 02 anos, prorrogável até o limite de 05 anos
10 – Recursos: R\$19.957,20 mensal – Resumo do Objeto: Permissão de Uso do Espaço Físico do
11 Parque Científico e Tecnológico da Unicamp – Parque, consistente no primeiro andar do prédio
12 Soma, numa área de 332,62m², a título oneroso e precário, nos termos do Edital, da Proposta e
13 das condições estabelecidas no Contrato – Parecer: Cacc. 27) Proc. nº 01-P-17983/2019, da
14 Diretoria Executiva de Planejamento Integrado – Termo Aditivo nº 01 ao Termo de Cooperação
15 – Partes: Unicamp e Campinas Decor Promoções de Eventos Ltda. – Executores: Marco Aurélio
16 Pinheiro Lima, Vanessa Petrilli Bavaresco e Teresa Celina Meloni Rosa – Resumo do Objeto:
17 Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação em razão da necessidade de adiamento da
18 execução das atividades do Plano de Trabalho em decorrência da pandemia de Covid-19,
19 passando o termo final para 20.01.21 – Parecer: Cacc. b) Para Homologação – 28) Proc. nº 01-
20 P-17983/2019, da Diretoria Executiva de Planejamento Integrado – Termo de Cooperação –
21 Partes: Unicamp e Campinas Decor Promoções de Eventos Ltda. – Executores: Marco Aurélio
22 Pinheiro Lima, Vanessa Petrilli Bavaresco e Teresa Celina Meloni Rosa – Data de Assinatura:
23 06.03.20 – Vigência: 20.07.20 – Resumo do Objeto: Cooperação entre as partícipes com a
24 finalidade de realização da 25ª Mostra de Arquitetura, Decoração e Paisagismo – Campinas
25 Decor 2020 no antigo complexo de imóveis do Colégio Técnico de Campinas – Cotuca,
26 composto pelo prédio principal, pelo prédio de laboratório (tombados) e pelos prédios anexos
27 (não tombados), somando área útil de 6.734m² - Parecer: Cacc. II – Para Emissão de Parecer –
28 29) Proc. nº 01-P-19001/2019, do Grupo Gestor de Benefícios – Autorização de Uso do Espaço
29 Físico – Partes: Unicamp e Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo aos Servidores da
30 Unicamp – Cooperunicamp – Executores: Airton Lourenço e Marcos Zanatta – Vigência: 05
31 anos – Resumo do Objeto: Autorização de uso de uma área de 32m² do espaço físico localizado
32 no piso térreo do prédio da Prefeitura/Unicamp, localizado na Avenida Roxo Moreira, nº 1831,
33 para que a Cooperunicamp se instale, pelo prazo necessário, até que tenha condições financeiras
34 de possuir sua sede própria – Parecer: PG. O MAGNÍFICO REITOR passa à discussão
35 destacados pela professora Heloise: 09) Proc. nº 21-P-10164/2020, do Instituto de Estudos da
36 Linguagem, que trata de descontingenciamento de recursos no valor de R\$3.336,67 para a
37 abertura de concurso público para a contratação de um Profissional da Tecnologia, Informação
38 e Comunicação, perfil Técnico de Apoio ao Usuário de Informática – Helpdesk, referência M1-
39 A, com jornada de 40 horas semanais, em substituição a servidor que solicitou desligamento
40 em 31.07.20. 10) Proc. nº 01-P-10237/2020, da Diretoria Acadêmica, que trata de

1 descontinenciamento de recursos no valor de R\$6.291,73 para contratação com
2 aproveitamento de concurso público (Edital-101/19) de um Profissional da Tecnologia,
3 Informação e Comunicação, perfil Analista de Desenvolvimento de Sistemas, referência S1-A,
4 com jornada de 40 horas semanais, em substituição a servidor que solicitou desligamento em
5 26.02.20. 11) Proc. nº 08-P-7860/2020, do Instituto de Física “Gleb Wataghin”, que trata de
6 descontinenciamento de recursos no valor de R\$3.336,67 para contratação com
7 aproveitamento de concurso público de um Profissional de Apoio Técnico de Serviços, perfil
8 Eletrotécnico, referência M1-A, com jornada de 40 horas semanais, em substituição ao servidor
9 Teroslau Raronilo Perallis, falecido em 22.01.20, quando ocorrer a homologação do concurso
10 público. 12) CSS/Cecom, que trata de descontinenciamento de recursos no valor de
11 R\$3.336,67 para contratação de 01 (um) Profissional para Assuntos Administrativos, perfil
12 Técnico em Administração, referência M1-A, com jornada de 40 horas semanais, para atender
13 à determinação judicial, contratando candidata aprovada na classificação nº 163 do concurso
14 público 96/2013 (vencido). A Conselheira HELOISE OLIVEIRA PASTORE solicita que esses
15 itens sejam discutidos depois da pauta suplementar, se for possível. O MAGNÍFICO REITOR
16 responde que é possível. Passa ao item 22 – Proc. nº 01-P-18061/2003 –, que trata da revisão
17 da certificação e organograma do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, destacado pelo
18 professor Fernando Coelho e pelo acadêmico Robson. O Conselheiro ROBSON BOMFIM
19 SAMPAIO solicita a palavra ao acadêmico Matheus. O Acadêmico MATHEUS ALVES
20 ALBINO diz que fala aqui hoje enquanto representante dos alunos de pós-graduação da
21 Unicamp, mas, em especial, como doutorando em Demografia, fato do qual tem muito orgulho,
22 para apelar a esta Câmara para que se sensibilize sobre a extinção do Departamento de
23 Demografia dentro do processo de certificação do IFCH. Existe justificativa fundada em razões
24 acadêmicas para manutenção do departamento, uma vez que o número de docentes tem se
25 mostrado suficiente para atender à oferta de disciplinas que existem na graduação e na pós-
26 graduação, bem como a manutenção do programa de pós-graduação com nota 6 na Capes.
27 Pondera que o departamento não possui secretaria específica, e que a única despesa existente
28 no momento é a gratificação de chefe de departamento. Em virtude da lei complementar 173,
29 do ato normativo 01 de 2020 do TJ e do Tribunal de Contas, que impuseram limitações de gasto
30 de pessoal até dia 31 de dezembro de 2021, e mais do que isso, da pandemia do coronavírus, as
31 negociações de contratação dos docentes que estavam em andamento foram inviabilizadas. O
32 departamento e o Instituto durante dois anos manifestaram interesse e disposição nessas
33 negociações, que resultaram em uma proposta de uma nova modalidade na graduação em
34 Ciências Sociais, intitulada População e Políticas Sociais. Essa modalidade, caso o
35 departamento conseguisse levar adiante as negociações, seria pioneira no Brasil, diante do fato
36 de que não existem cursos de graduação em Demografia. E ainda que não seja especificamente
37 uma modalidade de Demografia *stricto sensu*, essa proposta está em consonância com o que há
38 de mais moderno no mundo em formação de Ciências Sociais. Destaca que existem quatro
39 universidades no Brasil atualmente que oferecem pós-graduação em Demografia, de modo que
40 a extinção do departamento impactaria o ensino e a pesquisa na área em todo o país. Então,

1 reafirma a importância da consolidação da Demografia enquanto grupo que seria prejudicado
2 em uma eventual dispersão entre os demais departamentos do IFCH, até pela formação plural
3 do corpo docente, que abrange inclusive as áreas de Engenharia e área da Saúde. A Demografia
4 da Unicamp, no cenário brasileiro, é mais do que necessária, principalmente em um momento
5 em que o censo demográfico de 2021 corre sérios riscos de não realização por parte do governo
6 federal. É hora de se unirem pela Universidade e, diante disso, considera importante que o
7 departamento se mantenha até que possam reiniciar as negociações de contratação, diante do
8 quadro de alta excepcionalidade e das razões acadêmicas e administrativas que estão
9 apresentadas no processo. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao professor Alvaro
10 Bianchi, diretor do IFCH. O Professor ÁLVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz que se
11 necessitarem que preste esclarecimentos, fica à disposição. Informa que estão conversando com
12 a Administração Central sobre este tema desde, pelo menos, janeiro de 2019. São amplamente
13 favoráveis à aprovação da recertificação do IFCH, um trabalho muito intenso que fizeram em
14 colaboração com a PRDU. No entanto, gostariam de retirar deste texto de recertificação a
15 passagem na qual a PRDU sugere a extinção do Departamento de Demografia. Nas conversas
16 que tiveram, encaminharam com a Reitoria, propuseram a criação de uma modalidade de
17 Populações e Políticas Sociais, que foi aprovada pela congregação do IFCH em dezembro de
18 2019. Tinham um departamento que, antes do processo de contingenciamento, estava às
19 vésperas de obter o número de professores que o adequaria às normas existentes, veio o
20 contingenciamento, negociaram, conversaram com a Reitoria, propuseram alternativas, e agora
21 estão em um contexto de pandemia que inviabilizou ou pelo menos dificultou a discussão
22 acadêmica que encaminharam. Essa proposta que encaminharam em dezembro não foi
23 discutida por nenhum órgão central da Universidade, e acreditam que isso coloca um problema.
24 A decisão sobre a existência ou não de departamentos na Universidade deve ser, no seu
25 entendimento, uma decisão estritamente acadêmica; os critérios que devem orientar decisões
26 desse tipo são critérios acadêmicos. E os argumentos que colocam em discussão, alguns
27 reforçados pelo acadêmico Matheus há pouco, são argumentos de tipo acadêmico *stricto sensu*,
28 o que significa que não podem prevalecer decisões de tipo burocrático-administrativo. Não está
29 utilizando essa expressão de modo pejorativo, e sim exclusivamente técnico. O que deve
30 prevalecer nesta discussão são decisões do tipo acadêmico-estratégico, e é nesse sentido que
31 solicitam que o item da recertificação seja excluído do parecer e a certificação do IFCH
32 aprovada. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA diz que foi orientando do
33 professor Daniel Hogan, que teve grande importância para a Universidade, para a área de
34 Demografia, e seria muito estranho que no aniversário de 10 anos de sua morte se acabasse com
35 um departamento que é pioneiro, um estudo pioneiro no Brasil. Portanto, é solidário. Apesar de
36 a FCA ser, a princípio, contra departamentos, é compreensível a demanda do IFCH, não só pela
37 importância acadêmica que foi destacada pelo professor Álvaro, mas porque, se entendeu bem,
38 o Instituto fez todo movimento para completar o critério técnico-administrativo de dez
39 docentes, contudo, dando o contingenciamento, isso não foi possível. O Conselheiro SÉRGIO
40 LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que este ponto suscita duas questões importantes para

1 a Universidade; uma é a relação entre autonomia e centralização, autonomia das unidades e
2 decisões centralizadas, e acha que estão recentemente em busca de um meio termo para isso.
3 Acredita que as unidades têm de ter autonomia para decidir, e acredita que também precisam
4 ter algum critério para definição de departamentos, se existe ou não; o número mínimo de
5 docentes é um critério, podem pensar em outros. Mas também levanta um outro assunto, que é
6 o da disciplinaridade *versus* interdisciplinaridade. Sabe que são coisas que não estão em
7 oposição, mas que estão na fronteira da reorganização, da organização do desenvolvimento das
8 universidades do mundo. Buscar interdisciplinaridade, multidisciplinaridade,
9 supradisciplinaridade, chamem como quiserem, é uma tendência geral. Não que os
10 departamentos evitem isso, não se trata disso, mas são forças muito poderosas dentro da
11 academia, as forças disciplinares. Costuma brincar que é a quinta força da natureza; depois da
12 força fraca e forte do átomo, o eletromagnetismo e a gravidade, tem a disciplinaridade, porque
13 tem uma capacidade incrível de polarização, de centralização. E isso evidentemente é uma
14 atribuição das unidades, olhar para ver se precisa ou não os departamentos, baseados em
15 disciplinas. Mas isso cada vez mais passa também pelo planejamento. Há na pauta de hoje um
16 exemplo de natureza diferente. Não está dizendo que deve ser imitado, mas é um outro exemplo,
17 em que a partir do planejamento feito na Faculdade de Engenharia de Alimentos, eles estão
18 reorganizando, diminuindo em dois departamentos, passando para dois, reduzindo aquele
19 excesso de divisão disciplinar. Então, na verdade está utilizando esse assunto para destacar dois
20 pontos que lhe parecem essenciais para o futuro da Universidade: um que é essa relação entre
21 autonomia das unidades, e ter regramentos gerais para a organização das unidades, e outro que
22 é essa questão da busca da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade. A Unicamp tem
23 poucas unidades, tem uma unidade que não tem nenhum departamento, que é a FCA. Mesmo
24 unidades que caminharam nessa linha acabaram se redepartamentalizando de alguma forma.
25 Mas é uma diretriz que lhe parece importante, por meio do planejamento interno das unidades,
26 repensar essa estrutura de divisão disciplinar dentro das unidades. A Conselheira HELOISE DE
27 OLIVEIRA PASTORE diz que sua fala vai mais ou menos na direção do que falaram os
28 professores Sérgio e Álvaro D'Antona. É, por princípio, contra a existência de departamentos,
29 pois na sua opinião eles congelam os movimentos aos quais o professor Sérgio fez menção.
30 Acha que a existência de departamentos dificulta a interdisciplinaridade, e por motivos tolos,
31 porque exatamente o departamento serve para organizar em termos disciplinares, não
32 necessariamente em termos de pesquisa. E essas duas áreas acabam se misturando nos seus
33 discursos, de forma que perdem o limite entre elas. Então, olhando a carta que o conselheiro
34 Robson os enviou, e a fala do diretor do IFCH, fica com a sensação de que uma coisa é amarrada
35 a outra, quando não precisaria ser, não é nem tão produtivo que ela seja. Acha que a inexistência
36 dos departamentos promove um trânsito mais fluido das ideias entre as pessoas, das ideias e das
37 iniciativas de pesquisa entre os docentes e uma dada unidade. No entanto, como o próprio
38 professor Sérgio mencionou, quando esses departamentos deixam de existir, tendo existido uma
39 vez, tendem a recriá-los, a redepartamentalizar. Então, nesse sentido, gostaria que os colegas
40 do IFCH pensassem um pouco mais na ideia de alocar os docentes do Departamento de

1 Demografia em outros departamentos, mantendo as áreas de pesquisa, como fez, por exemplo,
2 o Instituto de Biologia. O Instituto de Biologia tinha um número enorme de departamentos,
3 reduziu esse número e manteve as áreas de pesquisa. Isso foi muito proveitoso. A Faculdade de
4 Engenharia Mecânica, segundo teve informações hoje de manhã, reduziu para quase a metade
5 do que ela tinha de departamentos anteriormente. Isso é produtivo no sentido de que o trânsito
6 das ideias, dos trabalhos, das interações entre os colegas fica mais fluido. Na sua opinião, o
7 departamento, ao contrário do que disse o professor Alvaro Bianchi, é uma entidade
8 administrativa, e deveria continuar assim, reservando as suas áreas de pesquisa para um outro
9 tipo de existência. Então votará na direção de aprovação da certificação tal como ela veio
10 proposta na pauta. O Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que está na condição
11 de suplência e pediu a palavra porque tem lidado com esse tema, como representante da bancada
12 MS-3 no Conselho Universitário, a demanda chegou a ele, mas, claro, também em razão da sua
13 vivência no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e por acompanhar o processo de
14 formulação do departamento de Demografia, e agora a sua possível extinção. A discussão está
15 caminhando na direção do impacto da organização departamental na dimensão acadêmica.
16 Tende a concordar com alguns dos argumentos que foram colocados aqui pelos colegas que
17 imaginam ser viável ou correta a extinção do departamento, porém, nesse caso, acha que estão
18 cometendo um equívoco muito grave. O ofício redigido pelo professor Francisco fez bem em
19 apontar que a Universidade, do ponto de vista da centralização, está buscando isonomia e
20 cumprimento de uma regra estabelecida. Acha que nesse ponto de vista não há o que se retocar
21 nessa colocação de buscar isonomia, mas ela tem uma segunda dimensão, que é essa que está
22 sendo colocada aqui pelos colegas que o antecederam, de que a organização departamental não
23 precisa existir para que exista excelência acadêmica de uma determinada área de produção e de
24 conhecimento. Pergunta se é essa a discussão que estão fazendo, porque se for, ela envolve
25 muitos outros espaços de diálogo, de debate, entender as dinâmicas internas de cada unidade, e
26 não usar esse argumento mais amplo para um caso específico, em que a unidade está dizendo
27 que haverá sim prejuízo acadêmico. Embora não exista relação direta entre a organização
28 departamental e os cursos e a área de pesquisa, ele é um espaço em que se pensam programas
29 de disciplinas, e o Departamento de Demografia ofereceu uma nova modalidade para cientistas
30 sociais se formarem na modalidade como demógrafos, e é urgente e fundamental que seja
31 sinalizado para as novas gerações que precisam de pessoas que executem pesquisas nessa área;
32 tem uma relação com a pós-graduação de excelência, verificada pelas avaliações. Imagina que
33 quem é contra o modelo departamental está pensando que podem continuar fazendo isso em
34 outro local, mas imagina que não vai ser tão simples nesse caso, e inclusive foi uma sinalização
35 da própria unidade de que ela fez um esforço para que se chegasse ao número de 10 docentes e
36 não conseguiu por razões externas. Um aspecto que o professor Sérgio comentou e que acha
37 fundamental, e a professora Heloise também comentou a respeito da interdisciplinaridade como
38 algo para ser fomentado, é que o Departamento de Demografia é o mais interdisciplinar do
39 IFCH, e muito provavelmente de várias outras unidades. A consequência da extinção muito
40 provavelmente vai ser o afastamento de alguns desses professores do próprio IFCH. Entende

1 os argumentos que mostram que tudo isso pode ser mantido com outra forma de organização
2 institucional que não departamento. Entretanto, vê mais obstáculos para que a Demografia,
3 naquilo que a define academicamente, consiga se realizar fora do departamento, do que com
4 esse modelo que existe e que é predominante na Universidade. E aqui também está fazendo um
5 registro de uma conversa muito ampla que se iniciou com colegas da Demografia desde a
6 formulação da força-tarefa e os estudos que foram feitos para tentar identificar as regiões e
7 áreas de vulnerabilidade social de Campinas e região. É importante não apenas dizer que eles
8 podem fazer isso de outra maneira; eles estavam oferecendo para a Universidade uma
9 modalidade de curso, querem continuar fazendo isso, e é importante dizer para essas gerações
10 de cientistas sociais que essa característica interdisciplinar do Departamento de Demografia é
11 algo que pode incentivar trajetórias nesse sentido. Na medida que o modelo da Universidade é
12 o departamento, considera correto preservar essa estrutura departamental. E se inclinarem para
13 outra avaliação, acha que estariam cometendo um grande equívoco. A Conselheira TERESA
14 DIB ZAMBON ATVARS diz que a desvantagem de ser antiga é que ouvem as mesmas coisas
15 em períodos diferentes. As argumentações a favor e contra a existência de departamentos são
16 extremamente antigas no âmbito da Unicamp. A grande maioria das unidades resolveu, até hoje,
17 manter as estruturas departamentais, na sua visão, com cada vez menos importância, porque os
18 grupos de pesquisa não se organizam mais na forma departamental. As atividades de pós-
19 graduação, em muitos casos, não se organizam mais na forma departamental, se organizam
20 muito mais por área de concentração ou linhas de pesquisa. E assim por diante. Possuem duas
21 unidades só que conseguiram vencer a estrutura departamental, uma é a Feagri, e a mais recente,
22 que é a FCA. A questão do número mínimo de docentes por departamento é estatutária, ela não
23 é uma questão que dependa de vontades individuais em certos momentos da vida institucional.
24 Além de ser uma questão estatutária, em 2011 o Conselho Universitário aprovou uma norma, e
25 é interessante que muitos departamentos naquela época se adequaram, muitas unidades se
26 adequaram, algumas poucas não se adequaram e vêm se adequando a partir de 2017. Mas, mais
27 interessante do que isso é, conhecendo os Estatutos como todos os diretores conhecem,
28 conhecendo a deliberação do Conselho Universitário que estabelece o número mínimo de
29 docentes por departamento, de 2013 a 2017 as unidades puderam contratar livremente,
30 estabelecendo as suas prioridades, e não o fizeram nesses departamentos, na grande maioria.
31 Um exemplo típico aqui na pauta, o Departamento de Demografia nunca, na sua história, teve
32 10 professores. Portanto, não foi prioridade do IFCH. Hoje há uma situação em que a PRDU,
33 sem sombra de dúvida, cumprindo os requisitos estatutários em deliberação do Conselho
34 Universitário, determina, ou sugere, à CAD que este departamento não deva mais existir, como
35 todos os outros casos em que ela fez a recomendação e foi acatado pela CAD, inclusive na
36 reunião de hoje. Então, argumentos a favor, argumentos contra, isso sempre vai haver, assim
37 como razões de natureza acadêmica a favor, razões de natureza acadêmica contra. Acha que
38 devem acatar a sugestão que foi feita porque ela é simplesmente estatutária. Ela é administrativa
39 sim, ela não interfere com o curso de pós-graduação, ela não interfere com a área acadêmica,
40 ela não cria problemas adicionais àqueles que já possuem. E volta a lembrar que o IFCH teve

1 sim oportunidades de contratar neste departamento no período 2013 a 2017. Então, essa é a
2 minha opinião, e votará pela proposta que foi apresentada pela PRDU e pela CVND. O
3 Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que esta semana teve
4 oportunidade de conversar com um docente do departamento de Demografia, e foi bastante
5 esclarecedor. Concorde com a posição que foi apresentada pelo diretor do IFCH, no sentido de
6 não extinguir o departamento. Entende perfeitamente que existe previsão nos Estatutos, existe
7 uma determinação da Universidade nesse sentido, mas, como disse o professor Alvaro, a
8 unidade fez, um pouco mais tarde, esforços para aumentar o número de docentes, e esses
9 esforços foram cessados por uma questão de natureza que a própria unidade não controlou.
10 Acha que este tipo de discussão talvez fosse um bom momento para que evoluíssem um pouco,
11 porque ainda que exista um critério administrativo que estabelece a extinção do departamento
12 se ele tiver menos de dez docentes, acha que a aplicação dessa norma administrativa deveria ter
13 outros critérios. O professor Sérgio já fez um comentário a respeito disso, com o qual concorda;
14 os critérios acadêmicos também deveriam ser colocados nessa discussão. O Departamento de
15 Demografia, como já foi dito, tem uma importância fundamental porque só existem mais quatro
16 outros departamentos que militam nessa área, que é extremamente importante. Sua dúvida é:
17 quando um departamento é extinto, e os docentes vão para outras áreas, como fica a barganha
18 política e o equilíbrio de forças nas outras áreas, de maneira a fazer com que a manutenção da
19 área de Demografia continue. Sua dúvida é se, extinguindo o departamento, talvez dentro de
20 alguns anos façam um diagnóstico de que a área de Demografia desapareceu da Universidade
21 de Campinas, e não gostariam que isso acontecesse. Então, vota com o diretor da unidade,
22 sugerindo e solicitando que seja aprovado o pedido de certificação da unidade, mas sem a
23 extinção do Departamento de Demografia. O MAGNÍFICO REITOR observa que ninguém está
24 dizendo para os professores mudarem de área, simplesmente estarão eventualmente alocados
25 em outro departamento. Ninguém está interferindo na vida acadêmica, na liberdade acadêmica
26 de pesquisa, na manutenção do programa de pós-graduação, absolutamente não se refere a isso.
27 Não pode haver essa confusão. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO
28 diz que isso está claro para ele. A Conselheira ESTER DE PAULA MORAES diz que o DCE
29 recebeu a carta dos alunos de pós-graduação, e o que puderam perceber é que existe hoje uma
30 preocupação muito grande, não só pela extinção do departamento ser prejudicial por existirem
31 apenas quatro departamentos de Demografia no Brasil, então não seria prejudicial apenas para
32 a Demografia dentro da Universidade, mas sim prejudicaria a Demografia no país, e também a
33 formulação de políticas públicas. Há um número de assinaturas muito expressivo dos alunos da
34 graduação do IFCH, que se interessam pela disciplina de Demografia, pela área, e que também
35 se mostraram muito interessados como futuros pós-graduandos também em Demografia. Então,
36 entendendo que seria prejudicial a extinção do departamento, e justamente por também não
37 entenderem muito quais são os argumentos acadêmicos, que deveriam os primeiros a ser
38 levados em consideração, não só argumentos administrativos, dão voz aqui aos mais de 150
39 estudantes do IFCH que assinaram a carta e se mostram contrários à extinção do departamento,
40 mas que seja aprovada a certificação do IFCH. O Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA

1 MEIRELLES diz que é favorável à demanda da diretoria do IFCH, e acha que estão abordando
2 a questão sob um ângulo equivocado. A Unicamp tem uma tradição de lidar normalmente bem
3 com a unidade na diversidade, com o vínculo entre autonomia e centralização, e fica muito em
4 dúvida se isso está sendo bem enfrentado neste caso em particular. Possuem, de fato, duas
5 unidades que não têm departamentos, e várias outras unidades que têm uma estrutura bastante
6 departamentalizada. Seria interessante comparar se essa diferença tem algum impacto de fato
7 na produtividade, na produção, na atividade das unidades. Isso tem a ver com a história e com
8 as preferências da comunidade local, e pode gerar produtividade semelhante nos dois casos,
9 então pergunta qual seria o problema de admitir essa convivência. É interessante terem
10 aparecido na pauta de hoje duas unidades que estão optando por caminhos diferentes, a FEA e
11 o IFCH. Acompanhou toda essa discussão, quando foi diretor da FEA, e relata que ela não
12 nasceu da iniciativa da Reitoria, mas da própria Faculdade, na gestão anterior à sua, quando a
13 FEA recebeu a proposta de três vagas docentes e ela tinha quatro departamentos. Isso gerou um
14 nível de atrito razoável na Unidade, que pensou então em propostas para reduzir o número de
15 departamentos, e essa discussão se estendeu por, aproximadamente, seis anos. Isso vem desde
16 2013, foi diretor em 2014. Em 2014, houve vagas docentes compartilhadas entre departamentos,
17 o professor entrava em um departamento, e na época ainda havia disciplinas
18 departamentalizadas, e tinha de especificar e concorrer em concursos da Faculdade. Ele
19 concorria em disciplinas vinculadas a dois departamentos diferentes. Ao longo de sua gestão,
20 em uma ampla discussão que envolveu inclusive a participação dos funcionários na discussão
21 até do layout de uma secretaria, centralizaram as secretarias departamentais, e ao longo da atual
22 gestão chegaram à situação aprovada hoje, que é a redução para dois departamentos. Então isso
23 nasceu de dentro da unidade e foi feito um amplo processo de discussão democrática, uma
24 participação da comunidade. Levar em consideração a opinião local é importante para o
25 desempenho, ainda mais em uma universidade onde recursos humanos são sua principal
26 riqueza. Se fazem isso à revelia da cultura da comunidade local, terão um problema de envolver
27 as pessoas e de manter o seu elã no desenvolvimento do seu trabalho. Pergunta qual a
28 dificuldade de conviver com essa diversidade ou com essa autonomia, se isso, por exemplo,
29 não tem custo. Pelo que viu da carta dos alunos, nem secretaria o departamento tem mais;
30 solicita confirmação sobre isso. Pergunta qual é a dificuldade de admitir espaço para essa
31 diversidade, se ela é importante, do ponto de vista da compreensão acadêmica local, que é a
32 que vale mais. Uma situação que não veio à tona, mas ocorreu de alguma forma em uma CAD,
33 de número 355, foi a retirada de pauta de uma certificação porque também estava dando conflito
34 entre unidade e Administração Central. Então acha que talvez fosse o caso de considerar isso,
35 de deixar um pouco de espaço para que haja um melhor entendimento entre Administração
36 Central, administração local e a comunidade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
37 Ainda mais no contexto de uma pandemia, isso pode ser uma negociação que abre espaço para
38 pensar o futuro, porque uma das dificuldades pela qual vão passar na atual situação da Unicamp
39 é a possibilidade de que se generalizem os casos de departamentos que fiquem com número de
40 docentes abaixo do supostamente relevante para os Estatutos. E cada um dos diretores terá de

1 pensar como vão enfrentar esse problema. Ele é um problema agora na Demografia, mas pode
2 ser um problema grande em 2021, em 2022, e se utilizarem o critério numérico exclusivamente,
3 talvez não aproveitem esses locais que provisoriamente terão número abaixo. Em um futuro
4 desafio na contratação de docentes, desmancham esses núcleos, não necessariamente
5 garantem a sua permanência, e perdem a chance de isso perdurar quando a situação do país
6 melhorar e as possibilidades de expansão voltarem a ocorrer. Então lhe parece que também o
7 *timing* dessa decisão é profundamente negativo, não é o momento adequado para isso. Por fim,
8 solidariza-se com a opinião do IFCH, e acha que devem tomar um pouco de cuidado em usar a
9 FEA como exemplo para decisão de outros locais. Podem usar FCA, Feagri e vão achar
10 exemplos que satisfazem a todos, mas precisam valorizar um pouco mais a opinião da
11 comunidade que está envolvida diretamente com a questão, principalmente se ela não tem
12 impacto financeiro, o que aparentemente é o caso. O Conselheiro ALBERTO LUIZ
13 FRANCATO diz que na FEC tiveram essa experiência de extinção de um departamento com
14 menos que 10 docentes. A Faculdade tinha originalmente cinco departamentos, e na
15 recertificação aprovada passou a ter quatro. No primeiro instante, quando houve necessidade
16 de internamente fazerem um reestudo com o fechamento do antigo Departamento de
17 Saneamento e Ambiente, de extrema importância também para um país como este, foi um
18 assunto bastante delicado, mas entendem o porquê existia um departamento. A finalidade
19 principal era o tratamento de detalhes administrativos, até porque analisamos em vários cursos
20 de Engenharia Civil em outras universidades, não só no Brasil, como no mundo também, e
21 começaram a pensar o que ia mudar se esse departamento, como no caso aconteceu, se fundisse
22 com outro departamento que tinha uma proximidade. O resultado foi que nenhuma disciplina
23 deixou de ser ministrada, nenhuma pesquisa deixou de ser feita, nenhum convênio deixou de
24 ser estabelecido, nenhum professor teve que mudar o seu estilo de trabalho. As mudanças que
25 perceberam foram basicamente algumas benéficas diretamente, pois o departamento ficava com
26 nove docentes, e com a necessidade de participação nas diversas comissões – comissão de
27 extensão, de pesquisa, graduação de um dos cursos, pós-graduação – existia uma pressão muito
28 forte sobre os docentes em sempre estarem com alguma atividade administrativa. Não era
29 possível que houvesse um rodízio e o docente ter algum período no ano, ou nos anos, em que
30 ele pudesse se dedicar integralmente à docência, pesquisa, e não tivesse de estar envolvido com
31 alguma atividade administrativa. Com a fusão, dividiram dois departamentos, o de Geotecnia e
32 Transportes com esse Saneamento tornou-se o Departamento de Infraestrutura. É lógico que
33 alguns docentes não se sentiram à vontade, mas talvez o principal detalhe seja uma perda de
34 poder político dentro da Unidade, um assento a menos dos departamentos na congregação, nas
35 comissões, mas os benefícios depois de um período acredita que sejam maiores do que as
36 dificuldades enfrentadas. Não foi uma decisão que tomaram porque acharam que era melhor;
37 em um dado momento lhes foi comunicado pela PRDU, e o primeiro sinal foi o corte da
38 gratificação do chefe do departamento e do secretário. Com isso, no momento da recertificação
39 acabaram acatando e se dividindo dessa forma. Teme que a não aprovação e a sequência disso
40 que aconteceu em várias unidades da Unicamp acabe levantando algumas vontades de talvez

1 pessoas, alguns docentes que se sentiram prejudicados, a rever isso. Muitas unidades passaram
2 por essa situação de atender ao critério de mínimo de 10 docentes, e talvez pode gerar um
3 descontentamento caso isso não seja aprovado. O Conselheiro JEFFERSON CANO diz que se
4 considera contemplado por muito do que foi dito aqui. Chama a atenção para a heterogeneidade
5 que é característica da Universidade, e não só da área; não vai nem falar da área de Humanas,
6 porque existe essa diferença também dentro das unidades da área de Humanas. Acha que não é
7 o caso, por exemplo, da FE, do IE, mas o IFCH, o IEL e o IA têm departamentos que de fato
8 coincidem com áreas de conhecimento, áreas de pesquisa, são responsáveis por cursos de
9 graduação, são responsáveis por programas de pós-graduação. Deveriam pensar também na
10 funcionalidade do departamento, além do seu número. Não deseja reduzir a importância de uma
11 questão que reconhece ser estatutária, e reconhece também que uma unidade pode funcionar
12 bem com ou sem departamentos. O problema é que não estão fazendo uma discussão sobre a
13 desdepartamentalização da Universidade, e talvez essa discussão fosse até recomendável que
14 fosse feita, mas estão tratando de um caso particular e outros casos que também já têm
15 acontecido, talvez uns 10 pela Universidade. Acredita que isso não impede o funcionamento de
16 uma área de pesquisa, não impede o funcionamento de um programa de pós-graduação, mas
17 enfraquece certamente uma área da unidade na sua representação. Então, acha que não se trata
18 aqui de defender GR, defender interesses paroquiais ou poder político local, não é nada disso.
19 Mas acha que a representatividade de áreas que se fazem sentir dentro da unidade, que tem
20 demonstrado sua importância em um programa de pós-graduação bem avaliado, sinaliza, pelo
21 menos para ele, um voto de confiança à unidade, para se pensar talvez se é uma questão de
22 discutir com a unidade prazos, estratégicas, de modo que pudessem oferecer alternativas à
23 questão que está posta aqui hoje, que é de extinção de um departamento dentro de uma estrutura
24 departamental, que vai continuar existindo. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que
25 todos os apelos locais da direção, dos alunos, dos ex-alunos, dos docentes envolvidos, sempre,
26 obviamente, os tocam, trazem sensibilidade, e é difícil realmente fazer modificações que
27 venham de uma normativa mais geral, porque sempre o local vai trazer a questão das
28 particularidades. No momento em que a PRDU apurou, em 2017 ou 2018, porque iriam
29 começar, pela força da determinação de uma deliberação Consu, a recertificação das unidades,
30 pediu para que sua equipe fosse buscar as informações não só de Estatutos, não só de
31 Regimento, mas também de uma deliberação, que é a A-029/2012, que determina a necessidade
32 de readequação desses departamentos que tinham menos do que 10 docentes. E nela constam
33 possibilidades, alternativas do que fazer em relação a essa questão, um plano de longo prazo
34 para restabelecimento ou eventuais fusões etc. O problema é que de 2012 até o momento em
35 que esse assunto foi parar na mesa da PRDU à época, muito pouco havia se movido, porque
36 como o professor Antonio Meirelles colocou, muitas das unidades, a FEQ, inclusive, fizeram
37 de uma maneira bastante democrática uma fusão departamental, uma reestruturação
38 departamental sem precisar de força de deliberação. A deliberação é de 2012, a reestruturação
39 da FEQ data de 2011, e na época deu uma palestra específica sobre qual foi o processo para o
40 professor Antonio Meirelles, que na época era o diretor da FEA. Notaram que várias das

1 unidades ou antecipadamente previram uma necessidade de readequação e o fizeram da maneira
2 mais planejada e tranquila, e algumas outras, após receber o regramento que seria levado em
3 conta no momento das recertificações, que também foram buscar deliberações mais antigas,
4 também o fizeram, tanto que essa lista, se não está enganada, era o caso de 10 ou 12
5 departamentos. Não foi feito friamente, ao léu, foi feito com o seguinte critério: departamentos
6 que desde aquela época tivessem um número muito baixo de docentes, e que as unidades
7 tivessem tido a oportunidade de contratar nesses departamentos, e que por algum motivo não
8 fizeram; ou seja, não demonstraram no dia a dia a necessidade de readequação desses
9 departamentos. Isso foi mandado para várias unidades, conforme testemunhado por várias delas
10 aqui, muitos departamentos se adequaram, e há agora este caso, sobre o qual entende toda
11 particularidade local, mas a observação que se permite fazer, uma vez que foi colocado que
12 Estatuto não se generaliza, é que ele serve justamente para terem uma generalidade do que
13 seguir. A pergunta que faz à Mesa, e talvez à PG, é se a CAD pode ir contra estatuto e ir contra
14 uma deliberação. Acha que a discussão departamento ou não departamento,
15 interdisciplinaridade etc. é bem interessante, mas possuem um assunto pragmático, em que
16 deliberações anteriores estão colocadas à mesa, uma prática isonômica com todos os
17 departamentos que estão nessa condição foi feita, e agora se pede alguma coisa específica que
18 vai contra essa questão. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra à professora Mirna, já que a
19 FEA foi citada. A Professora MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que fará uma complementação
20 ao histórico apresentado pelo professor Antonio Meirelles, que foi um histórico bastante amplo
21 e fiel ao que ocorreu. Em 2012, quando foi publicada aquela deliberação, a FEA começou a
22 discutir esse assunto, mas ele acabou sendo discutido de 2012 a 2018 de várias formas, sem
23 nenhum encaminhamento para o atendimento, quer seja dos Estatutos, quer seja da deliberação.
24 Então compartilharam docentes em diferentes departamentos, em razão das três vagas para
25 quatro departamentos que o professor Antonio Meirelles comentou, mas o professor sempre
26 fica lotado em um departamento. Esse histórico é absolutamente verdadeiro, participou
27 inclusive de um GT de reestruturação da FEA, que foi nomeado pelo professor Antonio
28 Meirelles, na época diretor, e avaliaram todas as situações, fizeram várias propostas, e essas
29 propostas foram rechaçadas pela comunidade, tanto de junção de secretaria, de otimização dos
30 departamentos. Saíram com um panorama muito amplo de avaliação, porém sem nenhuma
31 possibilidade de mudança, que acabou acontecendo ao final do mandato do professor Antonio
32 Meirelles em relação à secretaria, um pouco antes de ter tido a determinação que as secretarias
33 dos departamentos deveriam se juntar. Então, do ponto de vista de departamentos, essa
34 retomada da discussão aconteceu sim por uma demanda da Reitoria. Em dezembro de 2018,
35 veio a proposta novamente, com base inclusive na recertificação, discutindo a questão dos
36 departamentos, e em 2019 tinham uma proposta da Administração de reestruturação da FEA
37 em três departamentos, que foi rechaçada em congregação, depois de ter sido feita uma série de
38 planejamentos, distribuído na comunidade e discutido, fizeram uma proposta para os docentes,
39 com transmissão ao vivo para os funcionários, fizeram para os funcionários com transmissão
40 ao vivo para os docentes, acordaram na reunião interdepartamental, chegaram a um documento

1 final que tinha sido aprovado em uma sexta-feira por todos na reunião interdepartamental e
2 rechaçado na segunda-feira na congregação. A partir disso, que foi em fevereiro de 2019,
3 retomaram essa discussão, criando um grupo de trabalho, contratando uma consultoria externa
4 que os ajudou a chegar na modificação para dois departamentos. Obviamente, com todas as
5 justificativas acadêmicas, que vai fazer agora, de quem era contra isso. Foi aprovada na
6 congregação e foi ficando cada vez mais claro nesse processo que o departamento é uma
7 unidade administrativa. Hoje a distribuição de disciplina sé de competência da comissão de
8 graduação e não dos departamentos. Então a comissão de graduação pode atribuir disciplina
9 para qualquer docente, com base em uma métrica de carga horária média que todos devem ter,
10 qual é o desvio padrão com que vão trabalhar. Portanto, houve todo um trabalho. Entre 2012 e
11 2018, durante seis anos, quando existia contratação, a não conseguiram equacionar a questão
12 do departamento que tinha menos docentes. O professor Francisco sabe quantas vezes pediram
13 prorrogação; houve sim esse planejamento, que lhes custou o ano inteiro de 2019, e
14 conseguiram encaminhar agora em setembro de 2020. Na sua visão, a CAD não poderia ir
15 contra nem aos Estatutos, nem à deliberação, no momento em que há, de várias partes,
16 certamente com descontentamentos, um esforço para chegarem a essa divisão. Essa sempre foi
17 a sua visão e a visão do professor Julian, acha que foi também a visão do professor Antonio
18 Meirelles, que durante bastante tempo trabalhou pensando nessa reestruturação para a FEA.
19 Não está se referindo ao caso que está sendo discutido agora, que teve uma colocação diferente,
20 mas tiveram um desgaste para chegar até aqui, e se esta situação for aprovada, as pessoas que
21 representa vão dizer que avisaram que não era preciso mudar, bastava justificar. Portanto, é
22 bastante delicada a situação a que chegam agora, porque todas as justificativas acadêmicas ou
23 de pesquisa vão acontecer em qualquer tipo de reestruturação. Havia uma confusão na FEA de
24 que departamento era pesquisa, porque ela tinha quatro departamentos e quatro programas de
25 pós-graduação. Hoje está reestruturado, o programa de pós-graduação está dentro da linha pós-
26 graduação, e tanto faz o departamento em que ele está, pode haver 10 departamentos e 1
27 programa de pós-graduação, os programas de pós-graduação não estão organizados dentro da
28 unidade administrativa departamento. Então de modo algum inviabiliza a pesquisa. O
29 MAGNÍFICO REITOR passa a palavra novamente ao professor Álvaro, diretor do IFCH, para
30 depois darem encaminhamento. O Professor ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz
31 que acompanhou atentamente a discussão e fará algumas observações. Entende os casos de
32 sucesso existentes em outras unidades, mas é necessário levar em consideração as
33 particularidades de cada unidade na discussão, ou seja, o que implicou uma política bem-
34 sucedida em uma circunstância, não necessariamente implicará um sucesso dessa política em
35 uma circunstância bem diferente. Observa que não estão discutindo disciplinaridade e
36 interdisciplinaridade, e não estão discutindo departamentalização ou não. O IFCH tem uma
37 estrutura extremamente eficiente, que tem garantido o seu funcionamento e tem permitido que
38 66%, 2/3 de seus programas de pós-graduação tenham nota 6. Mas essa estrutura departamental
39 existente no momento não prejudicou nem o sucesso desses programas de pós-graduação e das
40 iniciativas de pesquisa, nem a interdisciplinaridade. A questão também diz respeito à política

1 de departamentalização; não é contra discutirem novas modalidades, novos arranjos de
2 organização das unidades, e não tem nenhuma posição de princípio em favor dos
3 departamentos. A resolução encaminhada não propõe rediscutir toda estrutura departamental
4 do IFCH e da Universidade, propõe extinguir um único departamento, mantendo todos os
5 demais. O impacto disso, não apenas administrativo, mas acadêmico, na vida do Instituto, é
6 enorme. Todos os demais departamentos permanecerão com a estrutura atual de funcionamento
7 e sua representação na congregação, e o departamento de Demografia perderá isso. Além disso,
8 não é justo dizer ou insinuar que o IFCH não se mobilizou para resolver esse problema. Estavam
9 com nove professores em 2015, e um planejamento para chegar aos 10 e ultrapassar, o problema
10 é que houve o contingenciamento e as aposentadorias que se sucederam; contingenciamento e
11 aposentadorias que podem afetar no futuro um grande número de departamentos se não
12 revisarem a norma. Mesmo com contingenciamento e aposentadoria, construíram um plano de
13 expansão das atividades do departamento, que mostraram à Administração Central da
14 Universidade, que esta recebeu muito bem; fizeram reuniões com o Chefe de Gabinete e com o
15 próprio Reitor, mas esse plano não avançou em sua discussão e está sendo votado aqui
16 juntamente com a extinção do departamento o engavetamento de uma proposta acadêmica que
17 poderia ter um impacto muito positivo para o Instituto e para a Universidade. Então, a
18 mobilização ocorreu e ela tem sido muito intensa nos últimos anos. Não estão questionando a
19 norma, não estão questionando a organização mais adequada para a Universidade. O que estão
20 questionando é a extinção de um departamento em meio à pandemia, sem que possam discutir
21 argumentos do tipo acadêmico. Argumentos como, em primeiro lugar, a proposta de
22 modalidade que encaminharam e que não mereceu discussão alguma em nenhuma instância da
23 Universidade, é isso que estão propondo. Por isso, o encaminhamento que propõe é que a
24 questão referente ao Departamento de Demografia seja votada separadamente. O Conselheiro
25 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz que no final de 2018 existiam 13
26 departamentos da Unicamp que contavam com um número inferior a 10 de professores, o que
27 violava um artigo dos Estatutos da Universidade, bem como um artigo do Regimento. Esses
28 departamentos também violavam a deliberação Consu que foi mencionada aqui mais de uma
29 vez, ao menos pela professora Teresa e pela professora Marisa, uma deliberação Consu de 2012,
30 que dava um prazo de 12 meses, a partir de novembro de 2012, para que as unidades se
31 adequassem ao Regimento e aos Estatutos. Então, esses departamentos desde antes de 2012
32 violavam os Estatutos e o Regimento. A esses departamentos, ou a essas unidades, deu-se o
33 prazo de 12 meses em 2012 e nem todas satisfizeram isso; as que satisfizeram naturalmente não
34 entraram nessa questão, as que não satisfizeram permaneceram com esse problema até o final
35 de 2018. Quando entrou na PRDU, em março de 2019, esse assunto estava sendo discutido
36 pelas unidades, e daqueles 13 departamentos, 12 foram reagrupados, adaptados, ou mesmo
37 extintos. Além desses 12 que foram fundidos ou extintos desde então, há departamentos do
38 Cotel que estão sendo fundidos agora, está sendo discutida a certificação do Cotel, com o mesmo
39 espírito. Então é preciso levar em conta que muitas unidades conseguiram obter sucesso em
40 adequar as estruturas internas àquilo que previam os Estatutos e o Regimento da Universidade.

1 No caso do IFCH, o caminho foi um pouco diferente, pois o Instituto, no lugar de tentar
2 reformular a estrutura interna para se adequar aos Estatutos e o Regimento, e fez uma proposta
3 de expansão do Departamento de Demografia, e depois adicionou a essa proposta a sugestão da
4 criação de uma modalidade. É claro que criar uma modalidade é uma ótima ideia, e sugere que
5 o IFCH o faça. No entanto, condicionar a criação da modalidade à contratação de dois
6 professores e à não extinção do departamento talvez não seja o mais adequado. Acha que os
7 professores do IFCH podem criar essa modalidade com a equipe da qual o Instituto dispõe, sem
8 nenhuma dificuldade, tão logo possível. É pena inclusive que tenham perdido a oportunidade
9 de criar essa modalidade já para 2021. Também não podem questionar a importância da
10 Demografia, da pesquisa na Demografia, da existência do curso de pós-graduação em
11 Demografia do IFCH, do trabalho que os professores do departamento fazem, pesquisas que
12 são muito relevantes, orientação. E isso, como já foi dito aqui inúmeras vezes, pode ser feito
13 ainda que os professores estejam lotados em outro departamento do Instituto. Na verdade, o
14 Departamento de Demografia foi criado em 2005 e, desde então, ele jamais teve a quantidade
15 de professores necessária para a sua manutenção. A carta que lhe foi encaminhada pelos alunos,
16 e que foi distribuída por eles, começa dizendo que a extinção do departamento está
17 fundamentada em razões administrativas através da deliberação Consu, artigos dos Estatutos e
18 do Regimento. A proposta de extinção do departamento está visando adequar o departamento
19 às regras vigentes da Universidade, é basicamente isso mesmo. Achou curioso que algumas
20 pessoas tenham mencionado ao longo desta reunião que “existe uma coisa de estatuto” ou “tudo
21 bem que tem uma norma”, mas observa que se trata dos Estatutos da Universidade, que devem
22 ser cumpridos. Supõe-se que as normas da Unicamp, particularmente os Estatutos e o
23 Regimento, serão atendidas, isso é um princípio básico do funcionamento da Universidade. Se
24 agora forem decidir quais são os artigos que serão atendidos e quais serão violados, vão entrar
25 em um terreno um pouco perigoso. Depois a carta menciona que não há uma prerrogativa
26 acadêmica para a ação, e nesse ponto novamente estão confundindo o papel acadêmico dos
27 docentes com a extinção do departamento. É claro que os docentes continuarão a oferecer as
28 disciplinas, espera que eles ofereçam a modalidade, e espera que a modalidade não possa ser
29 oferecida só no caso de o departamento ser mantido, mas que ela seja oferecida de qualquer
30 maneira. Lembra que há vários programas de pós-graduação do IFCH que envolvem
31 professores e pesquisadores de outros departamentos e de outras unidades. Aliás, esse é mesmo
32 o caso da pós-graduação em Demografia, que tem, além do professor Álvaro da FCA, pessoas
33 do Neppo, o Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade tem pessoas do Nepam,
34 do Cepagri, da FEC, do IG, do IE e do Departamento de Sociologia. O IFCH tem um grande
35 sucesso na montagem de programas de pós-graduação interunidades, entre departamentos
36 diferentes, essa é uma característica positiva e com 100% de sucesso do próprio IFCH. Então
37 não há nenhuma impossibilidade de que isso seja feito, inclusive porque a própria pós-
38 graduação em Demografia é um exemplo de pós-graduação que envolve pessoas de outras
39 unidades, inclusive de centros e núcleos. Depois há um comentário sobre a extinção do
40 departamento como forma de corte de gastos, mas esclarece que não há nenhuma relação entre

1 a extinção do departamento e o corte de gastos. A carta menciona e também várias pessoas
2 mencionaram que o departamento vinha trabalhando em 2019 para contratar dois docentes, o
3 que o faria alcançar os 10 professores. Se forem oferecer a todos os grupos de pesquisa da
4 Universidade que contam com oito ou mais professores, que se eles contratarem mais dois
5 poderão se tornar um departamento, sugere que dividam os professores da Universidade em
6 grupos de oito e então, de uma hora para outra, terão uma expansão de 25% dos professores da
7 Universidade. É claro que as coisas não funcionam assim, não havia segurança de que sem a
8 pandemia seriam contratados dois professores para o Departamento de Demografia neste
9 momento. O questionamento é que isso deveria ter sido feito naquele momento em que foi
10 solicitado, em 2012, ou de lá para cá. Então, a relação de uma coisa com a outra cria uma
11 situação na qual outros grupos e outros departamentos poderão, naturalmente, exigir um
12 tratamento isonômico, e grupos de oito pessoas pedirão para contratar mais duas para que
13 possam formar um departamento em diversos locais. Esse não é um bom caminho. A carta
14 também coloca que é inadmissível que uma discussão tão importante para o futuro da
15 Demografia, não só na Unicamp, como no Brasil, seja decidida durante uma crise sanitária.
16 Acha que não estão discutindo o futuro da Demografia no Brasil; o futuro da Demografia no
17 Brasil não depende do chefe de departamento de Demografia no IFCH. Senão, o Brasil estaria
18 com um problema ainda mais sério na área de Demografia do que esse que vêm discutindo.
19 Estão só discutindo o atendimento de uma exigência estatutária da Unicamp, mas às vezes esse
20 lado passional nubla a visão, e não conseguem perceber que não estão pondo em risco a
21 Demografia brasileira, longe disso. E esse problema não está associado à pandemia, pois desde
22 a fundação do departamento, em 2005 até hoje, ele nunca atendeu a determinados artigos dos
23 Estatutos e do Regimento. Então, a PRDU não quer tratar esse assunto de forma passional, e
24 não tem nenhum interesse em particular em ser favorável ou contra. Estão simplesmente
25 propondo que se siga a legislação da Universidade, lembrando que essa adequação foi seguida
26 por mais ou menos 15 outros departamentos da Universidade. Então, precisam trabalhar de
27 forma isonômica. Se os outros 15 tiveram de se adaptar e agora aceitam que o Departamento
28 de Demografia não siga o exemplo de todos os demais departamentos da Universidade, seria
29 natural estender essa exceção a todos eles, não haveria de haver um privilégio para o
30 Departamento de Demografia, não parece justificável. A pró-reitoria possui a obrigação de
31 propor isso ao mencionar a certificação. Considera temerário que a CAD vote alguma coisa
32 confrontando os Estatutos da Universidade. Se acreditam que possuem motivos para mudar os
33 Estatutos, que essa discussão seja feita no Consu, com o quórum necessário para que essa
34 alteração seja feita, não que a CAD tome uma decisão de ir contra o que prevê a legislação.
35 Acha também que o Consu, quando estabeleceu essa norma, já levou em conta os argumentos
36 que estão sendo expostos aqui, porque esses argumentos, como bem lembrou a professora
37 Teresa, não são novos. Argumentos favoráveis e contrários a departamentos sempre existiram,
38 e o Consu achou por bem, no momento em que estabeleceu o artigo 85 A dos Estatutos, limitar
39 em 10 o número mínimo de docentes. Então, a única posição que a PRDU pode propor é o
40 obediência dos Estatutos e do Regimento. Não há outra coisa a fazer. O MAGNÍFICO

1 REITOR passa a palavra ao professor Álvaro Bianchi, que pediu para replicar um comentário
2 do professor Francisco. O Conselheiro ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz que não
3 é uma discussão fácil. Não vai questionar os argumentos que foram levantados aqui, acha que
4 eles são pertinentes, estão discutindo a respeito de adequação. Mas registra um protesto: é
5 inadmissível que o pró-reitor faça uso da palavra para dizer com quantos professores o IFCH
6 pode ou não dar uma modalidade. Isso é uma prerrogativa acadêmica da congregação, e
7 simplesmente não aceita esse tipo de postura. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS
8 MAGALHÃES GOMES NETO diz que não quis ofender o professor Alvaro e muito menos
9 dizer como o Instituto deve trabalhar. O que quis dizer com “poderia dar” é a sua esperança de
10 que o Instituto possa dar, é um desejo seu de que o Instituto o faça. O IFCH fará do jeito que
11 julgar conveniente, oferecerá isso quando ele julgar adequado oferecer. O Conselheiro
12 CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA observa que o professor Francisco citou o artigo
13 85-A, que menciona a divisão e a manutenção do departamento. No parágrafo único, assim
14 como o professor Francisco também mencionou para não infringirem as regras que estão postas,
15 também está definido que o Conselho Universitário pode, em caráter excepcional, manter o
16 departamento ativo, por um período não superior a 24 meses. Então poderiam estar trabalhando
17 nesse segmento. O MAGNÍFICO REITOR responde que não, porque esse departamento faz
18 muitos anos, muito mais de 24 meses que está em caráter excepcional. O Conselheiro CARLOS
19 ALBERTO RODRIGO DA SILVA diz que está sendo colocado hoje. O MAGNÍFICO
20 REITOR responde que não, os Estatutos são válidos sempre. O Conselheiro CARLOS
21 ALBERTO RODRIGO DA SILVA solicita votação nominal. O Conselheiro FRANCISCO DE
22 ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO esclarece que a Deliberação Consu A-029/2012, de
23 27.11.2012, deu um prazo de 12 meses, portanto não superior a 24 meses, para que os
24 departamentos fossem adequados. Esse parágrafo primeiro já foi atendido pela deliberação
25 Consu de 2012. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa discussão foi feita naquele período
26 justamente para permitir essa adequação de todos os departamentos que não estavam cumprindo
27 e que no futuro não cumpririam essa determinação. Vai atender à solicitação do professor
28 Álvaro de, votar, em primeiro lugar, a recertificação sem essa questão do departamento, e
29 depois colocar a votação do departamento de maneira nominal. Destacará alguns aspectos que
30 foram mencionados: o professor Álvaro D’Antona mencionou o saudoso professor Daniel
31 Hogan, que foi um dos fundadores da área no Brasil e certamente um entusiasta da área, que
32 participou desse departamento ativamente e da Universidade como um todo, e justamente neste
33 momento estão lembrando a memória do professor Daniel, 10 anos do seu falecimento. Teve o
34 prazer de conviver com o professor Daniel desde criança, frequentava a casa dele, as famílias
35 eram amigas. E certamente não podem misturar as coisas. Não tem absolutamente nada a ver
36 com a figura do professor Daniel, com a área em questão, com as pesquisas que são realizadas
37 no departamento, com o curso de pós-graduação, que é de excelência. Ou seja, precisa haver
38 uma distinção, pois estão ouvindo uma falsa dicotomia aqui, que já foi muito bem mencionada
39 pela professora Mirna aqui, que é uma questão administrativa *versus* acadêmica. Está
40 equivocado colocar essa falsa dicotomia. O professor Álvaro Bianchi fez uma colocação muito

1 importante, de que essa decisão deve ser estritamente acadêmica. Estritamente acadêmica,
2 como todas as decisões fundamentais da Universidade, desde que sigam os Estatutos da
3 Universidade. Não podem violar os Estatutos da Universidade. E às vezes a discussão e o
4 planejamento acaba sendo de uma maneira ou de outra, mais rápido ou mais devagar. Mas o
5 certo é que a CAD, como uma comissão do Conselho Universitário, e ele como Reitor, deve
6 lembrar a todos os diretores, conselheiros que estão aqui, que ao assumirem essa função também
7 devem seguir as regras da Universidade, pois é o que fazem no juramento no momento de
8 ingressar nessa função. Nas atribuições do Conselho Universitário colocadas nos Estatutos,
9 artigo 48, item “v”, está colocado: “cumprir e fazer cumprir o disposto nos Estatutos, no
10 Regimento Geral e nos Regimentos das Unidades Universitárias”. E como atribuições do
11 Reitor, o artigo 62 item II define que ele deve “velar pela fiel execução da legislação da
12 Universidade”. Se não fizerem isso, ele como administrador, e o Conselho Universitário, por
13 esses Estatutos, correm o risco de ser denunciados por improbidade administrativa. Como
14 sempre buscam a conversa, o diálogo, encontrar soluções melhores, fez diversas conversas, com
15 chefes de departamento, com diversas unidades para tentar encontrar uma saída adequada, e
16 muitos deles se adequaram e conseguiram encontrar uma solução. Dito isso, é importante
17 comentar que algumas falas mencionaram que terão a partir de agora um perigo de terem mais
18 casos; terão sim, como sempre tiveram. No momento em que isso acontece, a unidade tem um
19 prazo para mandar uma proposta, para buscar uma solução, até para buscar uma solução de
20 fusão de departamentos ou pedir em caráter excepcional, e não superior a 24 meses, que esse
21 assunto seja resolvido. E essa foi justamente a discussão da época, como o professor Francisco
22 lembrou, da Deliberação Consu-A-029/2012, que regulamentou esses casos. Concorda
23 totalmente com o professor Alvaro Bianchi que se trata de um assunto complexo, difícil, mas
24 precisam separar as coisas. Aqui ninguém tem absolutamente nada contra o departamento,
25 contra a área de pesquisa, contra o programa de pós-graduação, simplesmente estão seguindo
26 uma norma da Universidade. Vai separar a votação; vai colocar em votação a certificação do
27 IFCH sem esse item específico da extinção do departamento de Demografia, e depois fará a
28 votação nominal, como foi solicitado, para a questão do item específico da extinção do
29 departamento. Não havendo mais observações, submete à votação a certificação do IFCH, sem
30 a questão do Departamento de Demografia, que é aprovada com 24 votos favoráveis e 01
31 abstenção. Passa à votação nominal com relação à proposta de “que o departamento de
32 Demografia seja extinto, considerando que atualmente este departamento não atende o artigo
33 85-A dos Estatutos da Unicamp, e 149-A do Regimento Geral da Universidade, que
34 estabelecem número mínimo de 10 docentes para a sua manutenção”. Os favoráveis à proposta
35 da PRDU devem votar dizendo “sim”, e os contrários à proposta da PRDU devem votar dizendo
36 “não”, e para abstenções, devem dizer “abstenção”. O Conselheiro ALEXANDRE
37 RODRIGUES DE OLIVEIRA Sim. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Abstenção.
38 O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Não. O Conselheiro ANTÔNIO
39 GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO Abstenção. O Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE
40 ALMEIDA MEIRELLES Não. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA D’ANTONA

1 Considerando que se o professor Hogan estivesse vivo isso teria sido tratado de outro modo,
2 não. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA Não. O Conselheiro EDSON
3 TOMAZ Sim. A Conselheira ESTER DE PAULA MORAES Não. O Conselheiro FERNANDO
4 ANTÔNIO SANTOS COELHO Considerando que o departamento pediu um tempo para tentar
5 solucionar esse problema, seu voto é não. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE
6 ALMEIDA HASHIMOTO Sim. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES
7 GOMES NETO Sim. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Sim. A Conselheira
8 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE Sim. O Conselheiro JEFFERSON CANO Não. O
9 Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Sim. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO
10 Sim. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO Sim. A Conselheira MARIA HELENA
11 BAENA DE MORAES LOPES Abstenção. O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA TARANTO
12 Não. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO Sim. O Conselheiro ROBSON
13 BOMFIM SAMPAIO Considerando a carta dos estudantes e das estudantes da Demografia,
14 não. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA Sim. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ
15 MONTEIRO SALLES FILHO Sim. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS Sim.
16 O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA observa que se o entendimento
17 era a questão estatutária, acha que não deveria nem ser votado, porque é estatuto. Mas já que
18 está sendo votado, considera que os argumentos apresentados, principalmente pelo professor
19 Sávio, são importantes. Portanto, acompanha a posição do IFCH e vota ‘não’, mas acha que
20 estão errando se for uma questão estatutária. O MAGNÍFICO REITOR diz que coloca em
21 votação porque, naturalmente, é importante colocar essa discussão no âmbito das câmaras.
22 Anuncia que a proposta da PRDU foi aprovada com 13 votos favoráveis, 10 votos contrários e
23 03 abstenções. Pede à professora Teresa que assuma a presidência da reunião, pois terá daqui a
24 15 minutos reunião com o Cruesp e o Fórum das Seis. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON
25 ATVARS, na presidência dos trabalhos, passa à discussão dos item 01 da Ordem do Dia
26 Suplementar – Proc. nº 01-P-24425/2019 –, que trata da Segunda Revisão do Orçamento 2020,
27 com Demonstrativo Receita/Despesa. Solicita ao professor Francisco que faça a apresentação.
28 O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO solicita ao senhor
29 Thiago que faça uma breve apresentação sobre a proposta da segunda revisão orçamentária, e
30 depois fará alguns comentários. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a segunda
31 revisão orçamentária, aprovada pela COP, propõe um déficit de despesas para 2020 por volta
32 de R\$264 milhões, que com o acréscimo de R\$116 milhões de despesas aprovadas em anos
33 anteriores. O déficit da Universidade está atualmente, aproximadamente, em R\$380 milhões,
34 decorrentes principalmente da queda da arrecadação, o que deixa as despesas superiores às
35 receitas do estado em quase 20%. As receitas de forma geral estão com uma queda de 10,5%
36 em um valor estimado de aproximadamente R\$270 milhões. Falando um pouco do ICMS, de
37 como ele se comportou nesse período, iniciaram a proposta com o valor da LOA de R\$113,8
38 bilhões de arrecadação, que já tinha sido reduzido a R\$105,4 bilhões na primeira revisão, e hoje
39 a Aeplan apresenta o número de R\$101,3 bilhões, que é exatamente o número que está sendo
40 trabalhado pela Secretaria da Fazenda no momento. Então essa é a última previsão oficial do

1 estado encaminhada à Universidade. Isso, com o passar do tempo, leva a Universidade a uma
2 queda de receitas do Tesouro do Estado de R\$260,6 milhões, aproximadamente. Mesmo
3 passado o pior da pandemia, o pior da queda da arrecadação, o estado nesse momento ainda
4 apresenta um patamar de crescimento muito aquém do estimado anteriormente. Fazendo uma
5 comparação com anos anteriores, verificam que tanto em valor total da Universidade, como no
6 arrecadado no primeiro semestre, a universidade arrecada, em valores reais, menos em 2020 do
7 que 2016, que foi o pior ano em valores reais de queda. E no valor projetado no mês a mês, esse
8 fato de 2016 não é somente por causa dos meses passados; mesmo com possível crescimento
9 da arrecadação, talvez continuem com esse patamar de arrecadação próximo a esses anos. Sobre
10 as outras receitas da Universidade, é apresentado um valor que no final a receita própria da
11 Universidade reduz em, aproximadamente, R\$10 milhões frente a previsão inicial, mas na
12 coluna D da tabela, “Doações da pandemia”, verificam que entram quase R\$13 milhões para
13 ajuda à Universidade em questão da pandemia. Como já havia sido tratado na primeira revisão,
14 como esse recurso entra com uma destinação específica, ele entra nas despesas como um gasto
15 específico para a pandemia, o que não ajuda a Universidade na redução do seu déficit
16 orçamentário que havia sido previsto na PDO ou na LOA. Entram novos recursos, mas entram
17 novas despesas também. Em relação às despesas, a Universidade conseguiu fazer uma
18 estimativa que reduz em aproximadamente R\$95 milhões os recursos a serem gastos este ano,
19 situando-se 3,4% abaixo do estimado na proposta inicial. A tabela seguinte apresenta um pouco
20 da variação de todos os grupos, e apesar de uma grande redução nas despesas da Universidade,
21 os R\$94 milhões não chegam perto dos R\$270 milhões que estão perdendo de receita, o que faz
22 o déficit anterior, de R\$204 milhões, saltar para uma casa de quase R\$380 milhões. Em quase
23 em todos os itens há redução de despesa, em grande parte devido ao afastamento do trabalho
24 presencial. Principalmente as despesas de utilidade pública, restaurante, despesas contratuais,
25 foram reduzidas por causa desse aumento até, da primeira revisão para a segunda revisão, do
26 tempo estimado no isolamento, uma vez que a primeira revisão estava considerando até junho,
27 julho. Nas alíneas das despesas, fizeram somente atualização, e existem alguns pontos
28 específicos que tem mudanças. Nos programas de apoio, foi feito um trabalho com as pró-
29 reitorias para redução de valores que não iriam ser utilizados: nos valores do Faepex e do
30 programa São Paulo Excellence Chair; a CGU também fez uma redução significativa de mais
31 de R\$1,2 milhão em valores de 2020 nos projetos estratégicos no Grupo VIII. No grupo VIII,
32 aparece o único aporte de recursos que a Universidade está fazendo. Não seria bem uma
33 suplementação, mas uma transferência de recursos de R\$3,4 milhões para contratação da
34 consultoria do Hospital de Clínicas, valor que foi trabalhado dentro do Grupo X pela própria
35 CGU, que fez uma redução nas estimativas de suas despesas propostas em anos anteriores e
36 conseguiu recurso para não causar um aumento ainda maior nesse déficit. Além disso,
37 trabalharam um pouco o Grupo X, em que conseguiram fazer a redução de alguns recursos de
38 programas que não vão ser necessários, ou recursos de sobra de obras que já foram executados,
39 chegando nesse valor. Na sequência, apresentam, como de costume, o gráfico da reserva
40 estratégica, que mostra que ao final de junho o valor do saldo financeiro da Universidade era

1 de R\$377 milhões. Considerando que hoje o déficit da Universidade está um pouco acima disso,
2 foi apresentado na COP um gráfico ilustrativo que mostra a divisão dos recursos financeiros da
3 Universidade. Na primeira parte do gráfico, a proposta apresenta que começaram o ano com
4 R\$128 milhões de déficit causado por despesas de anos anteriores, R\$75 milhões de despesas
5 do exercício, de déficit, e havia um saldo disponível de quase R\$200 milhões. Nesta segunda
6 revisão, fazendo atualização do valor do saldo financeiro, este acaba sendo menor do que o
7 déficit apresentado nesta segunda revisão. Como aqui o saldo financeiro é momentâneo, é uma
8 fotografia da Universidade, e essa revisão apresenta o anual, decidiram trazer na CAD o novo
9 gráfico que apresenta em valores iguais. Imaginando o saldo financeiro com que iniciaram o
10 exercício de 2020, com todas as despesas já aprovadas, possuem um recurso livre de pouco
11 menos de R\$22 milhões, o que apresenta a dificuldade financeira que a Universidade poderá
12 passar se forem apresentadas novas despesas, ou também para o exercício seguinte, uma vez
13 que esse saldo financeiro deve acabar ou ser reduzido significativamente em 2020. Pensando
14 até um pouco nisso, a COP sugeriu a inclusão de um parágrafo no texto da revisão,
15 recomendando que “diante da perspectiva de esgotamento das reservas ao final do exercício, a
16 Universidade empregue os recursos orçamentados com extrema parcimônia. O cenário futuro
17 se apresenta com extremas dificuldades para a manutenção do pagamento das despesas do
18 próximo exercício. Caso sejam mantidas as receitas previstas para 2021, serão necessários
19 cortes mais severos, independente das ameaças externas presentes atualmente”. O Conselheiro
20 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz, em relação ao último parágrafo
21 mencionado pelo senhor Thiago, que estão em uma situação particularmente difícil, os recursos
22 da reserva financeira da Universidade estão se extinguindo, eles teriam um ritmo de redução
23 muito menor se não fosse a pandemia. Com a pandemia, conseguem assegurar que o orçamento
24 de 2020 caiba na reserva, mas não há nenhuma certeza com relação a 2021. Então, 2021 promete
25 ser um ano bastante difícil, mesmo que não considerem algum tipo de ameaça externa, e neste
26 momento há em discussão na Assembleia Legislativa o projeto de lei 529, que ainda pode causar
27 uma redução da reserva financeira da Universidade, o que os preocupa ainda mais. Então, este
28 é o momento de a Universidade refletir sobre o seu futuro e naturalmente tomar cuidado para
29 que não consuma todos os seus recursos e não consiga pagar as contas em 2021. Além disso,
30 precisam fazer algum esforço para que as ameaças de redução dos recursos da Universidade
31 que estão postas fora da Universidade sejam revistas. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ
32 MONTEIRO SALLES FILHO diz que esta revisão, que foi discutida na COP na semana
33 passada, traz mais um alerta sobre a necessidade de terem um cuidado imenso agora,
34 conduzindo com muito cuidado a questão financeira da Universidade. O alerta que é feito no
35 final do documento da COP é bem importante porque, de fato, se tudo correr como está previsto,
36 o que sobrar de recurso financeiro para a Universidade são os recursos que hoje estão alocados
37 nas unidades e um outro conjunto de investimentos que estão pendentes ainda. Isso a verificar
38 o déficit que está descrito ali. Então, o cuidado que precisam ter agora é imenso, e não só o
39 cuidado no gasto desses recursos, mas também, a seu ver, e isso tem sido colocado em mais de
40 uma instância da Universidade, começar a preparar desde já quais são as alternativas que

1 possuem para o ano que vem, caso esse déficit se verifique. O pior dos casos seria com aquele
2 projeto de lei sendo aprovado, até porque há uma dúvida sobre o tipo ou o volume de recurso
3 que seria confiscado, retido pelo governo do estado, e a depender da interpretação desse
4 montante, a situação fica bem pior. Como o professor Francisco já havia colocado, existe uma
5 diferença de visão basicamente de três vezes; enquanto o cálculo de “superávit” é de R\$48
6 milhões - que não é um superávit, na verdade, ele é um superávit contábil, mas estão em déficit
7 há muitos anos -, o governo tem um número que é três vezes maior, que pega os recursos
8 vinculados também. Então, urge que estabeleçam ações para essa situação mais grave que
9 poderá acontecer até o final do ano. Tem ouvido, e hoje na Cepe também se falou muito em
10 uma união interna da Universidade em relação a esse risco institucional que estão correndo, o
11 risco é real, ele é concreto, e não é só o risco financeiro, é o risco político, institucional que está
12 colocado. Entende que talvez seja a hora de conversar e definir uma estratégia comum da
13 Universidade. Não há tantas alternativas sobre a mesa, e entende que possuem uma tarefa que
14 não pode esperar o ano que vem. Ela deve ser feita, na sua opinião, ainda este ano. Sabe que a
15 Universidade criou recentemente um grupo de trabalho para a questão da reforma tributária,
16 que é um outro assunto que os ameaça, a depender do que vier de reforma tributária, nós também
17 terão de renegociar, repactuar a forma de financiamento da Universidade. Então a situação é
18 bastante delicada e entende que a devem construir uma aproximação maior dentro da
19 Universidade para poder ter uma proposta de negociação para fora da Universidade, que seja
20 aceitável internamente e externamente. Precisam começar a colocar isso de uma forma mais
21 efetiva, a se movimentar de uma forma mais convergente, mais discutida e começando já em
22 2020. Podem chegar ao final do ano com zero de reserva, existe esse risco, como podem chegar
23 com o mínimo de reserva, que não é suficiente sequer para pagar uma folha. Então, qualquer
24 análise de risco que façam, em que olhem o impacto que o evento tem *versus* a probabilidade
25 de ocorrência, hoje acha que estão com as duas coisas bem altas. É um evento de altíssimo
26 risco, de altíssimo impacto, com alta probabilidade de ocorrência. Portanto, urge um chamado
27 interno para a Universidade se unir em torno dessa questão. A Conselheira MARISA MASUMI
28 BEPPU diz que assistiu à reunião da COP, o assunto não é bom, mas parabeniza o professor
29 Francisco e o senhor Thiago pelo esforço de trazer todos os dados para que a comunidade possa
30 apreciar. Acha que ainda existe, pelo que assistiu na COP, um pouco de confusão das pessoas
31 de interpretarem o que é esse saldo que a Universidade mostra. Precisa estar muito claro que o
32 saldo é o saldo bancário mesmo da Universidade, mudaram a nomenclatura para as pessoas
33 terem ideia de que é o saldo mesmo que lá está. Com a ameaça da PL, sabem que isso pode se
34 esgotar muito mais rapidamente. Como o professor Sérgio já disse, a questão do superávit
35 contábil na verdade é um mecanismo utilizado ao longo de todos os anos para usarem
36 exatamente essa reserva. De fato, superávit mesmo nunca houve nesses últimos anos. Mas é o
37 estabelecimento do roteiro contábil que o próprio estado utiliza, a própria Secretaria da Fazenda
38 e Planejamento usava há anos. O que sugeriria, porque, fazendo um breve histórico, lembra-se
39 que quando começaram as ações em relação a minimizarem essa questão de chegar ao fundo
40 do poço na questão desse saldo, as pessoas se dividiam em duas partes, uma que dizia que não

1 precisavam fazer nada, e outra que dizia que ela estava sendo muito otimista. E como o senhor
2 Thiago disse na COP, estariam começando a recuperar o saldo neste ano, de fato, se não fosse
3 toda questão conjuntural de pandemia, porque o dever de casa a Universidade também foi
4 fazendo, todos os diretores de unidade, todas as unidades administrativas colaboraram ao
5 máximo nesse aspecto. São testemunhas disso a cada revisão orçamentária ocorrida. No
6 entanto, é notório que 2021 vai ser um ano em que correm um grande risco, como disse o
7 professor Sérgio, em termos de probabilidade de chegarem à condição de não terem qualquer
8 tipo de saldo, e ainda assim receberem um RTE menor do que despesas. Nesse sentido, sabe
9 que é um trabalho extra, mas talvez fosse o caso da PRDU e da Aeplan retomarem aquela
10 projeção, aquele acompanhamento da curva, porque acha que as pessoas precisam ter uma
11 clareza de quais são os efeitos práticos na vida delas no momento em que a reserva de fato cair
12 abaixo de uma folha. Quando isso ocorrer, significa que para honrar os compromissos de
13 pagamento de salários, a Universidade precisa esperar o depósito do estado. O estado não tem,
14 pelo que sabe, demorado a depositar os valores do RTE nas contas da universidade, mas lembra
15 que em época de troca de governo isso chegou a acontecer, a Unesp ficou muito desesperada,
16 a Unicamp não precisou se desesperar porque tinha exatamente a questão do saldo. Não vai
17 fazer aqui antecipação do que provavelmente a Aeplan, a PRDU e a DGRH estão tendo de
18 estudar, mas muito provavelmente vão na direção de priorizar pagamento de CLTs antes de
19 estatutário, a exemplo do que aconteceu no décimo terceiro da Unesp. Um outro marco
20 importante é quando o saldo fica abaixo também de todo déficit que vão ter; isso significa que,
21 além do impacto no pagamento mês a mês, terão também o problema de que o orçamento anual
22 não é suficiente, junto com a reserva, para pagar todas as despesas, e então vão estar em um
23 déficit sem qualquer tipo de saldo, sem qualquer tipo de reserva. Todos eles têm impactos
24 drásticos de vida das pessoas, dos salários – e chama a atenção que não são só salários dos
25 ativos, são os recebimentos também dos inativos, dos aposentados, e por isso que havia tanta
26 preocupação realmente em se trabalhar essas questões. Precisam deixar muito claro que esse
27 saldo é composto também de alguns depósitos, alguns convênios que foram firmados na
28 Universidade e que eventualmente não podem ser lançados para determinadas atividades, elas
29 têm compromissos vinculados. Então, acha que essa comunicação tem de começar a ser bem
30 feita exatamente no sentido de ser transparente em relação a tudo que acontece. Sabe que essa
31 é uma preocupação da atual gestão, e também para que todos fiquem cientes dos riscos reais
32 que correm, principalmente em 2021, sugere que a Aeplan e a PRDU produzam esse tipo de
33 material, com projeções para que as pessoas tenham uma real noção, porque quando falam que
34 vão começar a esgotar as reservas, não sabe se as pessoas têm a clareza do impacto na vida
35 delas. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI soma-se às falas que o precederam,
36 para dar um resumo e reforçar um ponto do cenário. Estão acompanhando a evolução da
37 conjuntura econômica e do impacto disso nas contas da Unicamp, desde março. Uma primeira
38 impressão é que o cenário pintado para este ano acaba não sendo tão desesperadora quanto
39 chegou a aparecer em algum momento em abril e maio. Na verdade, a previsão de receita está
40 agora em 10% abaixo do que era previsto inicialmente, é um tombo sem precedentes, mas, de

1 fato, muitas pessoas falaram em 30%. Mediante inclusive a situação em outros setores da
2 economia, de pessoas perdendo emprego, de corte de salário etc., a primeira mensagem é que
3 chegarão ao fim do ano, mas acaba aí, porque no ano que vem, de fato, traduzindo o número do
4 senhor Thiago, entende que estão empatados até o fim do ano. E ano que vem nada indica que
5 a recuperação econômica que deve existir; saiu o número do PIB hoje, é muito ruim, e na
6 verdade as previsões também mais pessimistas para o PIB do Brasil até o fim do ano não vão
7 se confirmar, mas não vai ser nada bom o que vai acontecer. E, principalmente, o que indica no
8 debate econômico, nas prioridades de política, que não terão um crescimento sustentável ano
9 que vem. Tem recuperação, mas isso com certeza não vai garantir uma recuperação de receitas
10 suficiente para fazer frente a um patamar de despesa que possuem hoje, mesmo com os
11 contingenciamentos, ou com algum contingenciamento desse tipo. Na linha do que o professor
12 Sérgio colocou, certamente precisarão fazer discussões de alternativas de financiamento, que
13 acha que não envolvem só a universidade no estado de São Paulo. Por exemplo, o orçamento
14 da Capes previsto na LOA é 50% de 2019, que já não foi nenhuma maravilha. Todo sistema de
15 ciência e tecnologia e de educação, inclusive, está sofrendo cortes muito grandes, então, de fato,
16 é um cenário desafiador e acha que a Unicamp, como fez em outras ocasiões, tem de estar com
17 pessoas preparadas, com espírito aberto, para discutir alternativas, e certamente a tarefa vai ser
18 muito difícil. A SENHORA PRESIDENTE diz que é muito importante que todos os segmentos
19 da Universidade compreendam o tamanho da crise, as dificuldades orçamentárias da
20 Universidade e façam a sua parte. Quer dizer com isso que aquela forma que se acostumaram a
21 fazer enquanto membros da comunidade, de demandar da PRDU recursos novos, ela não pode
22 mais continuar a ocorrer, e continua ocorrendo. Há o boletim da Aeplan saindo todos os meses
23 indicando claramente as dificuldades econômicas, e é inaceitável que órgãos da Universidade
24 demandem milhões de reais à PRDU na atual situação. Então, faz um apelo a que todos se
25 envolvam nesse processo, de modo a terem clareza sobre a real situação, e que se no passado
26 tinham como prática imaginarem que o orçamento era como um elástico que podia ir esticando,
27 hoje não é mais assim. Então faz um apelo para que todos os que estão assistindo, ou em algum
28 momento se comunicam com pessoas que estão nos órgãos de gestão, que tenham clareza de
29 que a situação é gravíssima e não vai melhorar no curto prazo. Não havendo mais observações,
30 submete à votação a segunda revisão orçamentária, que é aprovada com 20 votos favoráveis e
31 03 abstenções. Passa à discussão dos itens destacados pela professora Heloíse, que são de 09 a
32 12, em bloco. A Conselheira HELOÍSE DE OLIVEIRA PASTORE diz que depois das falas da
33 professora Teresa e do professor Francisco e da exposição que o senhor Thiago fez, fica muito
34 fácil para ela convocar todas as pessoas realmente interessadas na existência desta
35 Universidade, pois é isso que está ameaçada, a existência da autonomia desta Universidade nos
36 próximos anos. O professor André foi mais positivo sob certo aspecto para este ano, mas todos
37 concordam que o ano que vem vai ser muito difícil, e sem nenhum conhecimento de economia
38 acha que 2022 também vai ser. Então não há autonomia sem dinheiro, não há autonomia se
39 tiverem de, para pagar a folha de funcionários e docentes, recorrer ao governador mês após
40 mês. Isso não pode ocorrer, pois a tão estimada autonomia vai deixar de existir. Então, o motivo

1 de ter destacado esses itens logo no início da reunião, é que já havia visto essa apresentação do
2 senhor Thiago em outra ocasião e a deixou apavorada. Aquele gráfico de duas colunas onde ele
3 hoje normalizou a um certo valor total, é apavorante. Não terão nenhuma autonomia, não terão
4 nenhuma condição de fazer esta Universidade existir se continuarem descontingenciando
5 verbas para contratação uma após a outra. Todos os que efetivamente se preocupam com a
6 Universidade precisam votar contra esse descontingenciamento. Está ciente de que o item 12 é
7 uma questão de uma decisão judicial, então talvez sejam obrigados e descontingenciar um certo
8 valor para atender a essa decisão judicial, mas os outros itens não. Chegou a hora de estender o
9 contingenciamento das contratações docentes, progressões horizontais, à Carreira Paepe
10 também. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que devem fazer a discussão
11 dos itens 09, 10 e 11 e deixar o item 12 à parte, uma discussão separada. O Conselheiro
12 SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que vai na mesma linha da professora Loli, mas
13 acrescenta que precisam ter uma sensibilidade para atender também a essas unidades e setores
14 que estão precisando desses funcionários, e esse entendimento passa por uma sensibilização de
15 toda a Universidade de que as tarefas que estão alocadas lá sejam, de alguma forma, realocadas.
16 Precisam carregar um pouco mais de peso para ver se conseguem tocar o barco sem afundar.
17 Também é contrário a esse descontingenciamento, mas faz um apelo para que tenham uma
18 sensibilidade de atender esses setores que estavam precisando claramente de algum funcionário
19 a mais, então que façam os devidos acordos para cumprirem esse percurso sem afundar. O
20 Conselheiro JEFFERSON CANO diz que compartilha a mesma preocupação de todos os
21 colegas com a situação financeira e com o futuro. Mas esclarece que no caso da vaga solicitada
22 pelo IEL não se trata de uma vaga nova, ela resulta de uma demissão de um funcionário, em
23 uma área especialmente sensível nesta época, que é a Informática. Agora que estão com defesas,
24 eventos e aulas on-line, a reposição desse funcionário, que se demitiu, portanto não vai onerar,
25 não vai aumentar o gasto, e por isso até já recebeu um parecer favorável anteriormente, é
26 fundamental para o funcionamento do dia a dia do Instituto, pois a área de Informática está se
27 desdobrando, ela ficou, muito reduzida neste momento. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ
28 GIGLIO PAGLIUSO diz que sempre gosta muito das colocações da professora Heloise, então
29 até se sinto desconfortável em discordar dela nesse ponto em específico. Mas destacar que a lei
30 complementar 173 é bastante restritiva em tudo o que a Universidade pode fazer para manter o
31 seu funcionamento, e as unidades de ensino e pesquisa estão sofrendo muito com as
32 aposentadorias. Então as unidades mais antigas, como o IFGW e as outras que têm funcionários
33 antigos da Carreira Paepe, sofrem muito com a aposentadoria sem a possibilidade de reposição.
34 Esse caso do item 11, da reposição do funcionário do IFGW, é um técnico de laboratório que
35 faleceu no começo do ano. os técnicos do laboratório têm diminuído de maneira dramática no
36 Instituto com as aposentadorias, e eles são profissionais de mais difícil reposição. Então, mesmo
37 diante do contingenciamento financeiro, com o qual também se preocupa, defende a
38 manutenção dessas vagas, dessa em particular, e de todas que são associadas com demissão e
39 falecimento, porque é o mínimo que precisam para continuar funcionando dentro das
40 atividades-fim. Obrigado. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que na

1 documentação aparece a ficha perguntando se houve solicitação de relocação pelo programa de
2 relocação de funcionários da Universidade, e nos três casos que estão agora em discussão não
3 houve solicitação de relocação. Então, apesar de o Jefferson dizer que não haverá acréscimo de
4 recursos porque já existe a vaga, tem um descontingenciamento, isso significa que vai aumentar
5 a despesa. Existe descontingenciamento para aquela vaga. Pode ser que aquela vaga esteja lá,
6 mas ela vai associada com recursos, e não tem os recursos todos. De mais a mais, e agora entra
7 a parte do sacrifício, na mesma ficha que recebem para análise disso, tem muito claramente
8 exposto o número de funcionários que estão na mesma condição, que ocupam a mesma função,
9 que tem o mesmo trabalho que essa pessoa que deve ser contratada. Nenhum deles é zero. Então
10 há dois funcionários, no caso do IEL; 25 no caso da DAC; e tem um no caso do IFGW. O que
11 está mais prejudicado é o IFGW, mas é um técnico da área de eletroeletrônica, coisas desse
12 tipo. Sugere ao professor Pascoal que converse com o professor Zezzi se não podem começar
13 a dividir também essa oficina, porque já dividem a marcenaria, a vidraria, então é aí que reside
14 o sacrifício, de pensar em outras formas. O IQ e o IFGW são vizinhos, acha que é possível
15 atravessar a rua para a ida do IFGW ao IQ levando alguma coisa para consertar. Deveriam
16 tentar pelo menos por enquanto, até o final deste ano e os próximos dois. Talvez assim consigam
17 pelo menos um respiro de manter a autonomia e o mínimo desta Universidade como uma
18 universidade realmente capaz de cuidar de si mesma. Chegou a hora de todos fazerem o seu
19 sacrifício. A SENHORA PRESIDENTE diz que entendem as angústias, e ninguém mais do que
20 eles na Administração conhece a enorme dificuldade de dizer “não”. O Conselheiro PASCOAL
21 JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO diz que aprecia a parceria do IQ em vários aspectos, agradece a
22 fala da professora Heloise, e nada vai mudar isso, então respeita completamente a posição dela.
23 Só um esclarecimento, em termos do programa de relocação: o que aconteceu no IFGW é que
24 as características das funções mudaram completamente, criaram um grupo de apoio técnico
25 especializado que centralizou todos os técnicos em uma unidade só. Isso foi feito ao longo da
26 certificação, então enquanto isso não ia acontecendo, essa possibilidade de relocação não
27 aparece de maneira explícita. Sempre tiveram necessidade de técnicos de laboratório de apoio,
28 inclusive na parte de eletrônica, e hoje em dia eles foram completamente centralizados, no
29 IFGW não existe mais técnicos de laboratório, eles são técnicos do instituto. Então, de fato, têm
30 feito um esforço muito significativo de redução de despesa e de sacrifício, como pedido pela
31 professora Heloise. De fato, possuem gestão compartilhada com o IQ e com o IB em vários
32 aspectos, que foram iniciativas nessa direção. Não tem nenhuma dificuldade em dizer aqui que
33 tem feito todo esforço no IFGW sim, e se está aqui defendendo essa vaga é porque ela é
34 estritamente necessária e vai comprometer as atividades-fim do instituto. Portanto, mesmo
35 diante do cenário, defender essa vaga porque sabe do esforço que está sendo feito no IFGW,
36 em conjunto com outras unidades da Unicamp. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS
37 MAGALHÃES GOMES NETO esclarece que a relocação não pôde ser feita neste ano, havia
38 um plano de fazer esse processo de relocação, que não pôde ser feito em virtude da pandemia,
39 então era natural que não aparecesse menção à relocação. Mas, mais do que isso, essas duas
40 áreas que são as demandadas pelo IFGW, eletrotécnico, e os outros profissionais da área de TI,

1 são áreas em que a Universidade vem apresentando um déficit de servidores nesses últimos
2 anos, a ponto de já começar a comprometer as atividades. A DAC hoje é um órgão que trabalha
3 com muito mais tecnologia da informação do que há alguns anos, e ela depende disso. Com um
4 mercado externo aquecido nessa área em particular, a Unicamp vem perdendo servidores e
5 precisam repor, em parte por conta dessa movimentação da Universidade na direção de ampliar
6 os serviços oferecidos com tecnologia da informação, como também pelo fato de estarem em
7 uma pandemia, o que exige ainda mais dessa equipe de TI. Então, está 100% de acordo com as
8 preocupações da professora Heloise, que são as suas também, como são as da professora Teresa.
9 Faz suas as palavras da professora Teresa, que pediu no item anterior, do orçamento, que as
10 pessoas agissem com a maior parcimônia possível, mas, neste caso particular, acredita que a
11 substituição desses servidores que saíram da Universidade sem aposentadoria, senão não
12 poderiam repor, seja necessária neste momento. Observa também que vem reduzindo já,
13 sistematicamente, o número de servidores da Unicamp, forçados, obviamente, pela situação
14 financeira da Universidade. Então essa preocupação em só repor aquilo que é estritamente
15 necessário é uma preocupação que é compartilhada pela CVND e pela CAD, isso vale para
16 servidores, assim como é compartilhada pela CVD e pela Cepe, vale também para os
17 professores. O número de servidores da Unicamp docentes e não docentes vem reduzindo, para
18 que ajustem o quadro à disponibilidade financeira. Então acredita que as medidas que a
19 professora Heloise solicitou vêm sendo feitas, e acredita que neste caso em particular, os
20 pedidos são meritórios. Lembra que aquela reposição automática de servidores demitidos e
21 falecidos, que vigorava até há pouco tempo, ela foi interrompida, e todos os pedidos agora,
22 mesmo os que visam preencher vagas oriundas de demissão, por exemplo, passam pelo crivo
23 da CVND e da CAD. Só para deixar também a professora Heloise tranquila com relação a isso.
24 A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que algumas unidades, como exemplo
25 o IQ, o IB, o IFGW, já há algum tempo iniciaram a implantação de serviços compartilhados, e
26 isso tem dado muito bom resultado para todos, justamente porque as restrições orçamentárias
27 já vinham ocorrendo e agora se agravaram ainda mais. Portanto, tem havido um esforço de
28 algumas unidades em compartilhar técnicos, compartilhar serviços, compartilhar inclusive
29 algumas compras de insumos que têm produzido uma substancial economia nos seus custeios,
30 compras conjuntas, e isso tem sido iniciativa dos próprios diretores, o que mostra a sensibilidade
31 em alguns locais que já conseguiram por conta desta grave crise. O Professor MARCO
32 AURÉLIO ZEZZI ARRUDA solicita a palavra para complementar a fala da professora Heloise.
33 Acha que justamente precisam ficar extremamente preocupados com a situação financeira da
34 Universidade, pois vai ser um ano extremamente complexo o ano que vem, e tem certeza de
35 que 2022 também não vai ser tão diferente dessa maneira. Então acha que todo cuidado é pouco.
36 Dentro desse contexto, como bem comentado pela professora Teresa, têm tentado trabalhar em
37 conjunto com algumas unidades, por enquanto a questão do IFGW e IB justamente para tentar
38 mitigar um pouco essa questão financeira, e tentar compartilhar alguns funcionários nesse
39 sentido. Mas entende que há algumas particularidades, que é o que está acontecendo, por
40 exemplo, muito possivelmente no IFGW. Fica muito difícil o Instituto de Química dar conta,

1 dentro dessa parceria que é salutar e bem-vinda, e que desejam que continue e que se amplie,
2 pois existem certas situações que são muito complicadas, às vezes é um trabalho muito pontual,
3 muito complexo. E também lembra que se a contratação vai ser feita, teoricamente a folha de
4 pagamento em relação a esse funcionário vai diminuir, porque ele não vai ter gratificação ainda,
5 o salário dele muito possivelmente é menor. Então, nesses casos, estaria mais do que justificado
6 e principalmente porque são exceções, é um falecimento, é um pedido de desligamento etc. Mas
7 é um prazer enorme atuar junto ao IFGW, junto ao IB, estão justamente trabalhando em prol da
8 Universidade, mas acha que existem certos casos que realmente ficam difíceis de atender. Não
9 havendo mais observações, a SENHORA PRESIDENTE submete à votação a matéria, em
10 bloco, sendo aprovada com 15 votos favoráveis, 04 votos contrários e 03 abstenções. Nada mais
11 havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: I -
12 A - 01) Ata da Comissão de Orçamento e Patrimônio: 137ª Reunião, realizada em 27.08.19. B
13 - Designação de Gratificações de Representação Docente, nos termos da Deliberação Consu-
14 A-22/17 – 02) Proc. nº 01-P-27685/2014, de Alline Artigiani Lima Tribst – Nepa –
15 Coordenador de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa III. 03) Proc. nº 06-P-
16 20425/2014, de Americo Bortolazzo Correr – FOP – Coordenador de Programa de Pós-
17 Graduação. 04) Proc. nº 18-P-14939/2004, de Flávio Vasconcelos da Silva – FEQ –
18 Coordenador de Extensão e Pesquisa. 05) Proc. nº 06-P-19890/2010, de Karina Gonzales
19 Silveiro Ruiz – FOP – Coordenador de Pós-Graduação. 06) Proc. nº 01-P-2272/1979, de
20 Laércio Luis Vendite – Imecc – Chefe de Departamento. 07) Proc. nº 01-P-11436/1987, de
21 Lúcio Tunes dos Santos – Imecc – Coordenador de Extensão/Pesquisa. 08) Proc. nº 10-P-
22 8466/2015, de Marcelo De Oliveira Terra Cunha – Imecc – Chefe de Departamento
23 (Prorrogação). 09) Proc. nº 06-P-9179/2015, de Marcelo Rocha Marques – FOP – Coordenador
24 de Programa de Pós-Graduação. 10) Proc. nº 29-P-1609/2016, de Matheus Souza – Feec –
25 Coordenador Associado de Curso de Graduação. 11) Proc. nº 06-P-2314/2014, de Michelle
26 Franz Montan Braga Leite – FOP – Coordenador de Programa de Pós-Graduação. 12) Proc. nº
27 06-P-19208/1996, de Pablo Agustin Vargas – FOP – Coordenador de Programa de Pós-
28 Graduação. 13) Proc. nº 10-P-7116/2002, de Roberto Andreani – Imecc – Coordenador “Pró-
29 Tempore” de Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Matemática em Rede
30 Nacional – Profmat. Em seguida, a SENHORA PRESIDENTE passa a palavra aos inscritos no
31 Expediente. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que sua primeira questão se
32 refere ao desrespeito que tem ocorrido mutuamente nas reuniões, exemplificado na forma como
33 foi tratado o conselheiro João Luis. Haviam solicitado que fosse feito um pedido de desculpas
34 ao conselheiro, que reiteram aqui, porque foi dito que ele estava mentindo e ele não estava. A
35 segunda questão seria comunicar à PRG que a APG central e a APGFE têm recebido muitos
36 pedidos para verificarem as possibilidades de ocorrer a mesma coisa que ocorreu com a USP
37 na questão da integralização, pensando na ampliação também da bolsa da Capes, porque muitas
38 pesquisas foram prejudicadas pela pandemia, então solicitam isso junto à Reitoria. O terceiro
39 ponto é que estão organizando junto com outras APGs paulistas vários atos contra a PL 529,
40 então amanhã haverá uma atividade sendo puxada pela APG da USP na capital, para a qual

1 estão mobilizando os estudantes e as estudantes da pós-graduação e da graduação aqui da
2 Unicamp. Desde que surgiu a PL, as APGs estão em contato e fazendo atividades em conjunto
3 para divulgar o que significa essa PL e como ela impacta a vida acadêmica e a autonomia, tanto
4 financeira, autonomia de decisões dentro da universidade, e a vida de todos os estudantes, e
5 também da questão da relação direta com a população, daquilo que a Universidade pesquisa e
6 desenvolve como política. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO
7 pergunta se há alguma posição a respeito de um pedido que foi feito, acredita que no Consu
8 anterior, pelo conselheiro João Raimundo, sobre verificarem a possibilidade de a Universidade
9 discutir, através do GGBS, os contratos de consignados que tem com os vários bancos aqui ao
10 redor. Se haveria a possibilidade de transferência de pagamento de mensalidade no final do
11 contrato, e isso só pode ser feito através, até onde entendeu, de um acordo com a Universidade.
12 Já existem outros lugares que fizeram isso e queria saber se tem algum andamento nessa
13 direção, se foi feita alguma discussão com o GGBS, pois acha que isso seria uma coisa
14 interessante neste momento em que estão tão pressionados, e eventualmente poderia dar um
15 alívio a uma grande parcela de colegas de todos os níveis. Então queria saber se tem alguma
16 posição a respeito disso. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE solicita que
17 pensem na possibilidade de continuarem tendo reuniões virtuais, porque será pouco saudável e
18 muito desagradável ficar na sala do Consu sem ar-condicionado. O Conselheiro ADILTON
19 DORIVAL LEITE diz que o seu primeiro assunto trata da questão do adicional de
20 insalubridade; a definição do que são atividades insalubres, pela CLT, são “aquelas que, por
21 sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os trabalhadores a agentes nocivos
22 à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do
23 agente, e também do tempo de exposição aos seus efeitos”. Uma outra questão é um benefício
24 que é reconhecido pelo Ministério do Trabalho, ele está previsto na CLT, inclusive isso que eu
25 li aqui agora é um artigo da CTL que vai do 189 até o 197, e existe uma norma regulamentadora
26 do Ministério do Trabalho que trata do assunto, que coloca quais são os riscos químicos, físicos
27 e biológicos. Está tratando aqui dos biológicos, porque está fazendo esta intervenção por conta
28 do enfrentamento do coronavírus. Há vários anexos que tratam dos riscos e tem, obviamente,
29 um exclusivo para tratar de risco biológico. Um outro assunto que considera distorcido é a
30 quantidade paga, ela é dada conforme a classificação em três graus diferentes, que geram depois
31 da análise da medicina do trabalho adicionais distintos na remuneração, que são três: o grau
32 mínimo é 10%, o médio de 20%, e o máximo é de 40%. No caso do CLT, em cima do salário
33 mínimo. Então não tem insalubridade maior do que 40%. A questão da avaliação e como é que
34 se determinam os graus, é um trabalho que é da medicina do trabalho. Ocorre que antes do
35 aparecimento do novo vírus, esse assunto aqui era tratado dessa forma. Com a questão da
36 Covid-19, houve várias mudanças no Hospital, e essas mudanças geraram, das várias
37 consequências que já conhecem bem, uma que vai colocar aqui, que é a movimentação dos
38 quadros. Todos sabem que a atividade ambulatorial está reduzida, o centro cirúrgico
39 ambulatorial não está funcionando, o centro cirúrgico então faz menos cirurgias. Portanto, esses
40 trabalhadores estão trabalhando em outros lugares. Então, na prática, pode haver um

1 profissional com grau de 10% trabalhando, por exemplo, em uma área Covid, que pela definição
2 de atividade insalubre, entende que o grau lá não é mínimo, é máximo. Sabem também que esse
3 assunto está sendo discutido desde o mês de março, uma parcela já teve esse acerto, mas faz
4 parte da sua atividade diária no Hospital de Clínicas, então o número de pessoas que vem fazer
5 questionamento porque não tem a clareza de como isso está sendo tratado não é pequeno.
6 Precisam deixar claro para as pessoas como foi feito esse tratamento. Hoje não misturam área
7 Covid com não Covid, e na área Covid há a questão da natureza, da intensidade e do tempo de
8 exposição, e acha que não é difícil concluir qual é o tratamento que deve ser dado. Seria
9 importante publicizar como foi feito esse tratamento para determinar quem deve ter o acerto e
10 quem não faz jus ao acerto. Para registro e valorização do trabalho que está sendo feito, porque
11 acha que é pouco divulgado, e também bastante comum informações circulando nas redes
12 sociais afirmando o contrário, diz que a Coordenação Geral de Saúde do trabalhador, que é
13 vinculada ao Ministério do Trabalho, com frequência publica recomendações de proteção aos
14 trabalhadores dos serviços de saúde que estão atuando no atendimento de Covid-19. Para além
15 desse material da coordenação, existem normas técnicas da Agência Nacional de Vigilância
16 Sanitária que também tratam do assunto. E das várias ações para proteção da saúde dos
17 trabalhadores, há a questão de como é que se deve proceder com os EPIs, da capacitação para
18 os profissionais que irão atuar nas áreas Covid, principalmente tratando da questão da
19 paramentação e da desparamentação. Trata do manejo dos trabalhadores vulneráveis,
20 lembrando que trabalhador vulnerável da Saúde não está em casa, ele está lá trabalhando. Mas
21 essas recomendações que colocou aqui elas definem como deve ser o manejo desses
22 trabalhadores vulneráveis. Só para não passar em branco, basicamente ele pede para que esses
23 vulneráveis não atuem diretamente no enfrentamento da Covid. Há outros setores do Hospital
24 que estão alocados lá, e é assim que tem sido feito desde março. E é do assunto que quer tratar,
25 que é o outro elemento que ele coloca aqui, ele fala da testagem em massa dos trabalhadores
26 que estão lá em atividade presencial, mas dos assintomáticos. Assintomático são todos que não
27 sentem nada e estão trabalhando, porque os sintomáticos são tratados no Cecom. Então, desde
28 julho há um posto de testagem no HC, no Hemocentro, no Gastrocentro e no Cecom. O
29 Hemocentro e o Gastrocentro já fizeram o trabalho, a consequência hoje está no Cecom, mas
30 no HC, por exemplo, o posto continua funcionando. Antes de junho, o mundo todo teve
31 problema com aquisição dos insumos. A partir de julho e hoje isso é bem melhor. Então é uma
32 ação conjunta bastante importante, que tem a participação do Departamento de Enfermagem,
33 do Núcleo de Vigilância Epidemiológica do HC, da CCIH do HC, da Deas, da Odontologia, da
34 Fisioterapia, e profissionais do Gastrocentro, que também colaboram com a coleta. Todo esse
35 grupo que citou são pessoas que estão em atividade, que tem as suas atividades e em parte da
36 sua jornada trabalham como voluntários. Já fez a testagem de todos os trabalhadores que estão
37 em atividade presencial, foram feitos 4.121 exames, e apenas 96 deram positivo. Está
38 registrando isso pela importância da ação, pela natureza do voluntariado e pelos números,
39 porque se forem verificar como se dá a testagem em outras instituições de saúde, boa parte só
40 conseguiu por ação judicial, que não é o caso da Universidade. E quando verificam o índice de

1 positividade, os números são bem ruins, o que também não é o caso aqui. A SENHORA
2 PRESIDENTE passa a palavra aos pró-reitores. A Professora ELIANA MARTORANO
3 AMARAL informa que fizeram uma chamada para os projetos de renovação dos cursos de
4 graduação, esse é um aspecto financeiro e administrativo, então haverá o repasse de recursos
5 para as unidades. Vinte unidades apresentaram seus projetos, eles estão em análise e nos
6 próximos 10 dias então provavelmente esses recursos poderão ser liberados. A SENHORA
7 PRESIDENTE diz que, como o professor Munir não está presente, vai se referir ao edital que
8 foi publicado pela PRP para acolher periódicos da Unicamp. Solicita aos diretores que
9 informem às suas unidades e a representação docente também que tome conta disso. O
10 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO informa que haverá um
11 evento dia 10 agora, com a coordenação da professora Néri, Diretora Executiva de Direitos
12 Humanos para o qual convida toda comunidade. É um evento da Cátedra de Direitos Humanos
13 da UGM, que é o Grupo Universidades Montevideo. Informa também que estão com inscrições
14 abertas para as oficinas do programa Funciona Cultura, ministradas de maneira on-line para
15 todos os servidores da Universidade. Convida todos a participar desse programa, que tem sido
16 uma boa experiência neste período de pandemia. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS
17 MAGALHÃES GOMES NETO agradece o conselheiro Adilton pelas suas observações todas
18 com relação ao desempenho da área da Saúde da Unicamp durante a pandemia. Sobre o
19 adicional de insalubridade, informa que ele vem sendo revisto pela DGRH, tem uma diretoria
20 que é responsável por essa análise, ela vem fazendo isso, é um trabalho difícil, são mais de
21 2.500 servidores Unicamp, além dos funcionários Funcamp. Mas, tratando dos servidores
22 Unicamp, há milhares de servidores cujo trabalho pode ser reavaliado neste momento, e a
23 DGRH vem fazendo um excelente trabalho neste sentido, com as dificuldades que esse assunto
24 envolve, e acha que talvez devessem fazer uma divulgação um pouco mais precisa dos critérios,
25 da forma de avaliação, para que isso fique claro para todos. Há normas que regulamentam essa
26 concessão dos adicionais, e elas vêm sendo seguidas como é necessário pela DGRH. É muito
27 boa a ideia da divulgação, assim como foi boa a ideia apresentada pela professora Marisa de
28 que passem daqui para a frente a mostrar os cenários. De fato acompanham o cenário das contas
29 da universidade até o final de 2021, há também projeções além de 2021, mas dado o grau de
30 incerteza que já está envolvido na estimativa até o final de 2021, acha que é suficiente. Têm
31 acompanhado com muita preocupação, e concorda com a ideia também de começarem a
32 divulgar para sensibilizar a Universidade como um todo para as dificuldades pelas quais vão
33 passar e pelos sacrifícios que terão de fazer neste futuro breve para superar esse ano de 2020 e
34 2021, e provavelmente de 2022, que serão todos difíceis. Então farão essa divulgação agora no
35 fim do ano para que a Universidade como um todo tenha ideia do que lhes reserva o ano que
36 vem. A SENHORA PRESIDENTE diz que, com respeito à pergunta sobre consignados, feita
37 pelo professor Fernando, vai encaminhar o assunto ao conselho do GGBS. Em relação à
38 possibilidade de mudar o período de integralização, a professora Nancy já informou isso em
39 diversas reuniões da CAD, da Cepe e do Consu que este assunto está sendo caso a caso, e que
40 os pós-graduandos devem conversar com seus coordenadores de programa. Se há alguma

1 dificuldade, o assunto deve ser tratado no âmbito da coordenação dos programas. Sobre a
2 questão da insalubridade, o professor Francisco já respondeu que há normas para fazer isso e
3 cabe à DGRH fazer as análises de concessão ou de alteração com base nas condições no local
4 de trabalho no qual cada uma das pessoas está atuando. Finalmente, solicita a colaboração de
5 todos os membros da CAD na revisão do planejamento estratégico da Universidade, que se
6 iniciará muito brevemente. O planejamento estratégico atual se encerra no final deste ano, e
7 precisam fazer a revisão para o período 2021-2025. Para essas atividades, estão organizando
8 alguns webinários com pessoas que trabalham na área da educação superior; ontem ocorreu um
9 deles e estão marcados dois outros: um que ocorrerá no dia 11 de setembro, a partir das 10h,
10 com uma professora da Universidade do Cabo, da Cidade do Cabo, África do Sul, e outro no
11 dia 14, das 10h às 12h, com o professor Francisco Marmolejo, da Qatar Foundation. São duas
12 pessoas que atuaram como avaliadores externos no processo de avaliação institucional da
13 Unicamp. Também farão oito workshops com todos os membros do Conselho Universitário, de
14 modo que pede a colaboração e a participação intensa dos conselheiros nessa atividade. Eles
15 ocorrerão a partir de 21 de setembro até meados de outubro, vários temas serão tratados, e
16 esperam concluir a revisão do planejamento e apresentar ao Consu de novembro o novo
17 documento de planejamento estratégico. Esse tema será objeto da reunião da Copei de amanhã,
18 mas já deixa o convite a todos para que participem dessa atividade importante, na qual muitos
19 dos assuntos tratados na reunião da Cepe pela manhã, e também na reunião de hoje, como
20 indicados, por exemplo, pelo professor Sérgio Salles, os desafios que têm sobre como encontrar
21 fontes novas de recursos para sustentar a Universidade, obviamente deverão estar presentes,
22 além de todos aqueles relacionados com as áreas fundamentais da Universidade, o ensino,
23 pesquisa, a extensão e a própria assistência. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a
24 Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata
25 e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação da Câmara de
26 Administração. Campinas, 1º de setembro de 2020.

***NOTA DA SG:** A presente Ata foi aprovada na **360ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO**, realizada em 06 de outubro de 2020, sem alterações.*